

# **ANTROPONÍMIA DA LÍNGUA KIMBUNDU**

**EM MALANJE**

**Dissertação de Mestrado em Terminologia e Gestão  
da Informação de Especialidade**

**Abril, 2015**

**ANTROPONÍMIA DA LÍNGUA KIMBUNDU  
EM MALANJE**

**João Major Serrote**

**Dissertação de Mestrado em Terminologia e Gestão  
da Informação de Especialidade**

**Orientadora: Professora Doutora Maria Teresa Rijo da Fonseca Lino**

**Abril, 2015**

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Terminologia e Gestão da Informação da Especialidade, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Maria Teresa Rijo da Fonseca Lino.

Declaro que esta Dissertação é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

O candidato,

---

Lisboa, .... de ..... de .....

Declaro que esta Dissertação se encontra em condições de ser apreciado pelo júri a designar.

A orientadora,

---

Lisboa, 17 de Março de 2015

*A todos os colegas que dedicaram o seu tempo à  
leitura e revisão desta dissertação.  
Em especial a Deus, à Família, à minha amada  
Helena.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus, que sempre nos ofereceu momentos de crescimento.

À minha orientadora, Professora Doutora Maria Teresa Rijo da Fonseca Lino, cujas qualidades e o rigor de boa mestre é escusado exaltar.

Agradeço, de igual modo, à todo o corpo docente da Terminologia e Gestão da Informação de Especialidade; aos docentes convidados para as conferências.

À Comissão Multisectorial para o Acordo Ortográfico de 1990, coordenada pela Dra. Paula Henriques, que soube acompanhar-nos com as suas delicadas tarefas, conselhos e apoio bibliográfico.

Agradeço, de modo particular, aos meus pais, António Serrote e Maria Major, que souberam compreender a responsabilidade e tiveram a paciência e dedicação em todos os momentos da minha vida para que este projecto se tornasse realidade.

Aos meus irmãos e irmãs que durante as férias preocupavam-se em cuidar-me, para que não faltasse nada que atrapalhasse os meus estudos.

À família Major, que sempre me ajudou durante a minha formação, Deus saberá repor tudo que dela recebi.

À minha querida noiva, Helena Lucinda Nangacovie, que incansavelmente soube ajudar-me, material e espiritualmente.

A todos os que contribuíram para o êxito deste trabalho, vão os meus profundos e eternos agradecimentos.

## RESUMO

A **Antroponímia da Língua *Kimbundu* em Malanje** é um tema importante da sociedade angolana. Desde a colonização aos nossos dias, adoptamos padrões culturais provenientes do Ocidente. O direito de ter um nome na língua local foi e tem sido rejeitado, nas conservatórias e nos registos civis e, substituídos pelos nomes europeus, bíblicos e pela fusão de nomes, cuja origem e significado não nos é acessível. Diante desta problemática, ninguém pode permanecer indiferente, razão pela qual, o presente trabalho propõe-se responder à exigência de investir na sobrevivência da identidade cultural. A ocidentalização dos nomes desencadeada por alguns funcionários do Ministério da Justiça, em colaboração com alguns pais, está a causar mudanças nos valores locais, o que significa o início do desmoronamento da língua e da cultura *Kimbundu*. Reconhecemos a diversidade das culturas, mas nenhuma é superior à outra. Auguramos que este trabalho contribuía para a aceitação e a valorização dos nomes nas línguas angolanas de origem africana e, sobretudo, trazer de volta a identidade do povo *Kimbundu*.

**Palavras-chave:** Antroponímia, Lexicologia, Léxico, Cultura, Identidade, Malanje

## **ABSTRACT**

The Anthroponomy of the language Kimbundu in Malanje is a topic facing a cultural proliferation in Angolan society. From colonization to the present day, we adopt cultural patterns from the West. The rights to have a name in the local language were and have been rejected within the conservatory and civil registers, and replaced by the Europeans, biblical names and fusing names, whose origin and meaning are not accessible. Before this issue, no one can remain indifferent, which is why, this paper proposes to respond to the need to invest in the survival of cultural identity. The Westernization of the names triggered by some officials of the Ministry of Justice, in collaboration with some parents, is causing changes in local values, which means the beginning of the collapse of the language and culture Kimbundu. We recognize the diversity of cultures, but none is superior to another. We hope this work contributes to the acceptance and appreciation of the names in local languages and, above all, brings back the identity of the Kimbundu people.

**Keywords:** Malanje, Anthroponomy, Lexicology, Lexicon Culture, Identity.



## ÍNDICE

INTRODUÇÃO .....	1
1. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS: LEXICOLOGIA E ANTROPONÍMIA .....	4
1.1. ONOMÁSTICA E ANTROPONÍMIA .....	4
1.2. LEXICOLOGIA E ANTROPONÍMIA .....	5
1.3. LÉXICO E VOCABULÁRIO .....	6
1.4. IMPORTÂNCIA DA LEXICOLOGIA .....	9
1.5. ANTROPONÍMIA E CULTURA KIMBUNDU .....	11
1.6. ELEMENTOS DE CULTURA NOS ANTROPÓNIMOS .....	12
1.7. ANTROPONÍMIA E SOCIEDADE .....	15
2. CARACTERIZAÇÃO SOCIOLINGÜÍSTICA DE ANGOLA .....	18
2.1. ESTATUTO DAS LÍNGUAS .....	18
2.1.1. CONCEITO DE LÍNGUA .....	20
2.1.2. A LÍNGUA PORTUGUESA: LÍNGUA OFICIAL .....	21
2.1.3. A LÍNGUA KIMBUNDU .....	23
2.1.5. ALFABETO E SISTEMA FONOLÓGICO .....	27
2.2. COMPOSIÇÃO ETNOLINGÜÍSTICA DE ANGOLA .....	33
2.2.1. GEOLINGÜÍSTICA DE ANGOLA .....	33
2.2.2. ABORDAGEM HISTÓRICA E GEOGRÁFICA DE MALANJE .....	36
2.2.3. SITUAÇÃO LINGÜÍSTICA DE MALANJE .....	39
3. METODOLOGIA DO TRABALHO .....	43
3.1. CONSTITUIÇÃO DO CORPUS .....	43
3.2. CIRCUNSTÂNCIAS EM QUE SÃO ATRIBUÍDOS OS NOMES .....	46
3.3. A LEI ANGOLANA SOBRE OS NOMES .....	49
3.4. NOME E APELIDO NA CULTURA KIMBUNDU EM MALANJE .....	51
3.5. NOME E APELIDO NO REGISTO EM MALANJE .....	54
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	59
BIBLIOGRAFIA .....	61
Geral .....	61
Dicionários .....	65
Documentos Oficiais .....	65
ANEXOS .....	i

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objecto a **Antroponímia da Língua Kimbundu em Malanje**. Nesta investigação, apercebemo-nos de que os *Akwa Kimbundu* ao atribuir os antropónimos têm em conta as famílias das linhas patrilinear e a matrilinear, porque estas linhas servem de instrumentos de integração e preservação dos antepassados no presente.

No continente Africano, o sistema de atribuição de antropónimos, na sua maioria, é unilinear, sendo a maioria patrilinear e uma minoria caracterizada por um forte parentesco matrilinear. Por isso, a comunidade *Kimbundu* tem também um sistema de parentesco que dá igual atenção às linhas patrilineares e matrilineares.

Os antropónimos em *Kimbundu* têm significados altamente evocativos da riqueza cultural *kimbundu* e todo o seu processo de atribuição é um ritual cultural. Mas, o encontro com os europeus fez com que muitos antropónimos encontrados, ricos em significados culturais, fossem substituídos pelos ocidentais com outros valores. Ao proceder desta maneira, infligiram na sociedade *kimbundu* um caos cultural sem precedentes.

Cada cultura tem a sua forma de atribuir antropónimos. Se na atribuição de um nome a uma criança do povo *Kimbundu* se se adoptar a antroponímia europeia, pode correr-se o risco de se atropelar os princípios que regem a língua e cultura *Kimbundu*. Consequentemente, o uso de provérbios e contos veiculados nos antropónimos *Kimbundu* estão em decadência o que faz com que a identidade do povo sofra. Por outro lado, é necessário que os antropónimos, em *Kimbundu*, sejam dados em função dos antepassados, de modo a preservar a linhagem ou sejam dados em função das circunstâncias da vida.

Porém, no acto de registo legal de crianças, os nomes propostos pelos pais no âmbito do sistema local de atribuição de antropónimos nem sempre têm encontrado aceitação. Pelo contrário, tem-se-lhes indicado o sistema europeu, como se fosse a via ideal e cultural que se deve seguir em Angola, concretamente em Malanje.

O objectivo deste trabalho é trazer à luz os valores linguístico-culturais que estão contidos no sistema *kimbundu* de atribuição de antropónimos. São, precisamente, estes valores linguístico-culturais que fazem do *Kimbundu* um complexo de direitos e deveres

fundamentais que asseguram e garantem a facticidade destes valores sem a qual a subsistência de antropónimos *Kimbundu* se torna uma incerteza.

Quais os princípios culturais que orientam a atribuição de um nome entre o povo *Kimbundu*? A delimitação desta pesquisa tem como suporte essencial, não todo o território *Kimbundu* de Angola, nem toda a extensão da província de Malanje, mas o município sede de Malanje.

Este trabalho tem por objectivo descrever o significado que o povo *Kimbundu* atribui aos nomes antroponímicos. Os indivíduos que vivem esta cultura constituem a fonte primeira que dá acesso a tais significados.

Assim, usámos o método qualitativo de pesquisa, o que quer dizer que nos baseámos nas informações obtidas nos assentos de nascimento obtidos nos cartórios e registos civis; por outro lado, obtivemos também informações através de alguns membros do povo *Kimbundu*, do município de Malanje, dos funcionários públicos e dos sacerdotes católicos. A análise e interpretação destas conversas, juntamente com alguns textos etnográficos pré-existent, permitiram encontrar os conceitos fundamentais *Kimbundu* de atribuição de um antropónimo.

Assim, o trabalho está estruturado em três capítulos.

No primeiro Capítulo, sobre **Pressupostos Teóricos: Lexicologia e Antroponímia**, circunscrevemos a Onomástica e a Antroponímia; apresentamos algumas considerações gerais sobre o léxico e o vocabulário, a importância do estudo da Lexicologia, da Antroponímia e da cultura *Kimbundu*, dos elementos culturais presentes no significado de alguns antropónimos; as relação entre antroponímia e sociedade.

A Lexicologia ao estudar o léxico faz, simultaneamente, uma reflexão sobre as experiências de um povo e as suas aquisições culturais. A Antroponímia estuda os nomes das pessoas, a partir dos quais é possível conhecer a história e a cultura do povo, e identificar factos linguísticos e crenças presentes nas comunidades.

No segundo Capítulo do trabalho, **Caracterização Sociolinguística de Angola**, falamos do estatuto das línguas. Apresentamos o conceito de língua como um elemento fundamental de qualquer cultura; fazemos referência à língua Portuguesa como língua oficial, à língua *Kimbundu* e às suas principais características. Descrevemos a composição

etnolinguística de Angola; efectuamos uma abordagem geolinguística de Angola, uma abordagem histórica, geográfica de Malanje e referimo-nos à sua situação linguística.

Angola é um país que tem um povo com uma diversidade cultural e étnica rica, quase na sua totalidade de origem bantu.

A língua é um instrumento de comunicação que, ao mesmo tempo, reflecte a realidade sociocultural e histórica.

Angola optou pela Língua Portuguesa como veículo do entendimento nacional. Esta medida permite-nos a interacção entre as diferentes comunidades linguístico-culturais.

No terceiro Capítulo, sobre a **Metodologia do Trabalho**, abordaremos os seguintes aspectos: constituição do corpus, circunstâncias em que são atribuídos os antropónimos, a Lei Nº10 de 19 de Outubro de 1985, publicada no Diário da Republica que altera a Lei Nº10/77 de 9 de Abril sobre os nomes; o nome e o apelido na cultura Kimbundu em Malanje; o nome e o apelido no registo de Malanje. A própria lei sublinha a sacralidade do antropónimo que o povo *Kimbundu* tem na sua cultura. Não é possível atribuir um nome a um adulto sem um nome que indique o seu parentesco. O nome e a pessoa formam uma só entidade. O nome antroponímico é um dos meios de identificação dos indivíduos.

Porém, os critérios de atribuição do antropónimo variam de cultura para cultura. Cada etnia tem o seu próprio sistema. Na tradição da família *Akwa Kimbundu*, o nome é dado de acordo com as circunstâncias, desde o momento da gestação até ao do nascimento. A sua genealogia é matriarcal e os nomes são perpetuados através dos xarás.

Na **Conclusão**, apresentamos os resultados da investigação e algumas sugestões relativamente aos princípios que devem orientar a harmonização da Antroponímia na língua e cultura *Kimbundu*. O antropónimo orienta-se pelos critérios do parentesco entre avós e netos, em linha directa, e pelas circunstâncias do nascimento da criança. O antropónimo é o elemento dinamizador da vida e a sua atribuição constitui um sistema aberto.

## 1. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS: LEXICOLOGIA E ANTROPONÍMIA

### 1.1. ONOMÁSTICA E ANTROPONÍMIA

A Onomástica é um termo de origem grego *onomaso* que significa *chamar*. Mais tarde, a mesma palavra veio a significar tudo aquilo que é “explicativo dos nomes próprios ou relativos aos nomes próprios das pessoas” (*Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, 1945, p. 1332).

Com origem no termo Onomástica, formou-se o substantivo “onomatologia” para designar o estudo dos nomes próprios.

As designações utilizadas na onomatologia para classificar os diferentes tipos de nomes próprios são os seguintes: os topónimos para os nomes geográficos; os antropónimos para os nomes próprios de pessoas e seres personificados; e os patronímicos para os nomes próprios relativos à família.

Os nomes próprios, segundo Leite de Vasconcellos, são estudados na Glotologia, que por sua vez é constituída por três partes: a) a Antroponímia estuda os nomes individuais, sobrenomes e apelidos; b) a Toponímia estuda os nomes geográficos; c) vários nomes próprios de entidades sobrenaturais, astros, ventos, animais e coisas (cf. Vasconcellos, 1931, p. 3).

A Antroponímia é formada de duas palavras: *anthropo*, homem, e *nymia*, nome, que etimologicamente designam *nomes de Homens*. A Antroponímia designa o estudo dos nomes próprios, sobrenomes e apelidos. Este termo surgiu pela primeira vez, em 1887, na Revista Lusitana, I, 45.

Leite de Vasconcellos, distinto filólogo português, integrou a Antroponímia, pela primeira vez, no ramo da Onomatologia. No uso corrente, os nomes de pessoas, pelas condições especiais do seu emprego, pelo valor que assumem nas relações sociais, tomam acepções várias. Leite de Vasconcellos (1928, pp. 8-9) aponta algumas destas acepções:

“1ª Designação que a pessoa recebe no baptismo ou registo, nome próprio, nome individual.

2ª Nome completo, acompanhada de outras designações: António Augusto d’Aguiar, Maria da Conceição Rosado.

3ª Qualquer dos elementos do nome, em linguagem menos precisa e usual, chama-se nome. Ex: autor das Folhas Caídas.

4ª Alcinha é hoje uma designação acrescentada ao nome normal de indivíduo”.

Outras acepções igualmente importantes do ponto de vista social existem, com largo emprego em Angola, concretamente em Malanje. Convém conhecer as acepções apontadas por Carreira e Quintino (1964, p. 18): i) nomes próprios adoptados no baptismo ou inscritos no registo civil; ii) sobrenomes (nomes juntos aos nomes próprios, servindo em alguns casos de apelido); iii) nomes completos (conjuntos onomásticos dos indivíduos); e iv) apelidos, nomes de família, transmitidos ordinariamente de geração em geração.

## **1.2. LEXICOLOGIA E ANTROPONÍMIA**

A Lexicologia tem por objecto de estudo o léxico de um determinado sistema linguístico. O Léxico é um conjunto “virtual” de unidades lexicais de uma determinada língua, cuja função é nomear e exprimir a mundividência de uma determinada sociedade. Portanto, o léxico reflecte as experiências de um povo e as suas aquisições culturais.

A Lexicologia estuda os lexemas que “contêm a informação básica de significado que remete para o mundo extralinguístico, isto é, o mundo biossocial e antropocultural” (Sautchuk, 2004, p. 5). O lexema é a unidade linguística dotada de significado lexical, apontando para o que se apreende do mundo extralinguístico mediante a língua.

A Lexicologia descreve as unidades lexicais da língua geral e das línguas de especialidade que estão à disposição dos membros de uma comunidade linguística (cf. Chicuna, 2003, p. 57).

O léxico é um “conjunto virtual”, constituído por todas as unidades lexicais que está à disposição do locutor. Segundo Estrela e Correia (cf. 1988, p. 97), o léxico e vocabulário são dois conceitos diferentes; o léxico abrange todas as palavras que, num momento dado, estão à

disposição do locutor. O vocabulário é o conjunto das palavras actualizadas em discurso, pelo locutor, num acto de fala preciso.

Na Onomástica, o significado dos nomes antroponímicos contribui para a leitura sociocultural de uma região ou comunidade.

Por essa razão, a Onomástica é uma disciplina próxima da Lexicologia (ciência da linguagem); está dividida em Antroponímia e Toponímia. A Antroponímia estuda os nomes próprios individuais, os nomes parentais ou sobrenomes e as alcunhas ou apelidos.

À Onomástica interessa o nome. É importante estudar a Antroponímia a fim de conhecermos a história e a cultura do nosso povo, pois permitir-nos-á identificar factos linguísticos e crenças presentes nas nossas comunidades.

Assim, no futuro aprofundaremos o estudo do léxico e da Antroponímia da língua *Kimbundu*, em Malanje, a fim de conhecermos os nomes antroponímicos de todos os grupos étnicos que tenham vivido e convivido com os *Akwa Kimbundu*, em Malanje. Deste modo, transmitiremos o conhecimento desses nomes às gerações seguintes.

### **1.3. LÉXICO E VOCABULÁRIO**

A definição do léxico varia segundo o modelo teórico de descrição. O léxico ocupa um lugar central na língua: os vários modelos de análise justificam a diversidade de tipos de análises: gramaticais, discursivos, pragmáticos que nele se interconectam (cf. Krieger, in Seabra, 2006, p. 159-160).

Sublinhamos que a sintaxe estuda o léxico porque as unidades lexicais têm funções nas frases: “Todo o funcionamento da língua em seus vários níveis, (*sic*) parece constar de sistemas que giram à volta da palavra” (Lepschy, 1984, *apud* Krieger in Seabra, 2006, p. 160).

Segundo Vilela (cf.1979, p. 9), o léxico integra o sistema de uma língua de uma comunidade. O léxico é o conjunto de unidades linguísticas próprias duma língua ou a totalidade das palavras lexicais.

Numa outra perspectiva, o léxico é entendido como um “dicionário virtual” constituído por unidades lexicais, ou seja, é um mosaico, onde assenta a aprendizagem de qualquer língua (cf. Quivuna, 2014, p. 52).

Julgamos que o léxico de uma língua é determinado e formado pelos factores do tempo, do espaço e do registo. Por isso, no percurso histórico da língua, encontramos no léxico, unidades lexicais antigas, que caem em desuso e encontramos unidades lexicais novas que surgem num determinado momento. A língua pelo facto de ser dinâmica permite a integração de unidades lexicais distintas, no sistema lexical que muitas vezes são usadas com um sentido idêntico: como por exemplos temos *Nzambi/Suku* (Deus) e *sekulu/ukulu* (ancião), pares sinonímicos que caracterizam o falar de diferentes regiões de Malanje.

Neste sentido, é importante que a cultura e o território sejam pensados como realidades em contínua construção. Em nenhuma região, a manifestação linguística é um dado *a priori*, mas uma construção interminável decorrente da acção conjugada de factores económicos e políticos, aos quais os factores sociais estão directamente associados (cf. Antunes, 2006, p. 16).

A unidade lexical, na língua oral, é um fenómeno sobretudo social; a sua significação resulta muitas vezes das interacções entre locutores: “O léxico de uma língua é constituído por unidades lexicais, cujo valor último resulta dos semas contextuais impostos pelo conjunto em que se insere” (Lino, 1979, p. 14).

Na mesma perspectiva, Lino (1979, p. 13) explica que “o léxico é constituído por um conjunto de unidades: os lexemas, quando actualizados no discurso, designam-se por vocábulos e o seu conjunto constitui o vocabulário; o termo léxico pertence ao nível da “*langue*” (sistema), enquanto o termo vocabulário pertence ao nível de discurso”.

Por outro lado, o termo *léxico activo* designa o vocabulário que um falante usa e conhece efectivamente, enquanto o termo *léxico passivo* é definido como o vocabulário que o falante conhece, tem disponível, mas não é normalmente activado no discurso. Serve apenas como um meio que está disponível para o falante ou para o ouvinte.

O léxico é visto como uma parte viva da língua, património social da comunidade; é um sistema por meio dos quais os indivíduos de cada tempo e lugar podem pensar, expressar os seus sentimentos e manifestar as suas ideias (cf. Antunes, 2006, p. 24).



Segundo a perspectiva da sintaxe generativa:

“o léxico é a componente do modelo gramatical onde se encontram as informações de natureza fonológica, sintáctica e semântica sobre os itens lexicais individuais. O léxico é o dicionário da gramática: as regras desta manipulam os itens lexicais, fazendo um uso crucial da informação aí contida. O léxico é assim uma parte central de qualquer teoria gramatical” (Raposo, 1992, p. 89).

A gramática generativa entende “o léxico como conjunto das entradas lexicais correspondendo à competência lexical do falante/ouvinte duma língua particular” (Vilela, 1979, p. 12).

Quivuna (2014, p. 53) afirma que:

“o léxico de uma língua, no âmbito da teoria generativa, é uma componente do modelo gramatical na qual estão descritas todas as informações fonética, morfossintáctica e semântica dos itens lexicais”.

O vocabulário é a actualização de unidades lexicais pertencentes ao léxico individual de um locutor. O vocabulário é uma actualização do léxico individual, que faz parte do léxico global da língua.

Assim, o léxico contém as unidades lexicais existentes no sistema linguístico de uma língua. O vocabulário é uma actualização do léxico em discurso.

Qualquer comunidade linguística desenvolve-se relacionando a sua evolução com a própria evolução do léxico da sua língua.

O vocabulário como forma individual do uso das unidades lexicais no discurso, constitui o “subconjunto que se encontra em uso efetivo, por um determinado grupo de falantes, ou seja, é o conjunto de palavras utilizadas por determinado grupo”.

Por outro lado, o vocábulo designa “a unidade significativa do léxico de uma língua, ou seja, é uma palavra que tem significado social. A lexia tem significação externa ou referencial, ou seja, apenas lexemática. A sua referência pode ser às coisas concretas ou abstratas” (Abbade, 2011, pp. 1333-1334).

A língua de um povo faz parte da sua cultura, pois ela é a expressão desse povo. Mesmo sabendo que a fala é individual, o seu objectivo é socializar-se para que haja comunicação, principal função da fala. Se comunicar é *pôr em comum*, falar é *expressar o individual* de forma social para que a comunicação se estabeleça.

A unidade lexical pode ser simples (amar), mas também complexa com vários constituintes *njila-ya-mwenyu* (caminho da vida) ou com diferentes elementos *twamuzolu* (amável).

#### 1.4. IMPORTÂNCIA DA LEXICOLOGIA

Atribuímos importância à Lexicologia pelo facto de ser uma ciência que estuda o léxico de um sistema linguístico sob diversos aspectos. O léxico é a componente da língua ligada ao extralinguístico e às estruturas sociais e culturais, pois analisa a relação entre sociedade, cultura, língua e homem. As estruturas sociais e culturais na cultura *Kimbundu* reflectem-se e estão representadas nos provérbios que descrevem a história e a vida do povo.

A Lexicologia enquanto ciência do léxico, na perspectiva de Abbade (2011, p. 1332):

“estuda as suas diversas relações com os outros sistemas da língua e as relações internas do próprio léxico. Esta ciência abrange a formação de palavras, a etimologia, a criação e importação de palavras, a estatística lexical, relacionando-se necessariamente com a fonologia, a morfologia, a sintaxe e em particular com a semântica”.

Por isso, Quivuna afirma que “o léxico de uma língua aprende-se aprendendo”, não obstante, a Lexicologia determinar a origem, a forma e o significado das unidades lexicais que constituem o léxico de uma língua, o seu uso na comunidade dos falantes (cf. Quivuna, 2014, p. 52).

A língua e cultura são indissociáveis. A língua de um povo é um de seus mais fortes retratos culturais. Por isso, estudar o léxico de uma língua é abrir a possibilidade de conhecer a história social do povo que a utiliza.

As primeiras investigações em Lexicologia sublinharam a importância da “estruturação do léxico realizadas na hipótese de que o léxico de uma língua é organizável a partir de leis estruturais” (Mudiambo, 2014, p. 62). Deste modo, a primeira preocupação é conhecer as unidades lexicais de uma língua. O léxico de uma língua deve ser aprendido sem ambiguidade. Mas para tal é necessário que haja um engajamento e prudência na aquisição do léxico. Porque “o léxico de um falante corresponde à apropriação que esse falante faz do léxico da sua língua e é constituído pelas palavras que esse falante conhece” (Villalva, 2008, p. 33).

Quando duas línguas entram em contacto, “verifica-se uma alteração a nível do léxico e da sintaxe e sobretudo na estruturação fonológica. Na sintaxe, é obrigatório que a ordem seja directa, como na Língua Portuguesa: Sujeito, Verbo e Complemento. A Língua Portuguesa domina as línguas locais que com ela preexistem, deixando marcas nelas” (Mudiambo 2014, p. 87).

Neste estudo lexicológico, observamos a língua Portuguesa em permanente transformação. O contacto com as línguas nacionais, a criação de novas palavras e os desvios à norma padrão de Portugal, imprime-lhe uma nova força, adaptando-a à realidade angolana. Unidades lexicais como “*kamba*, *kota*, *kasula*”, que provêm do Kimbundu, *di-kamba* (amigo), *di-kota* (mais velho) e *kasule* (filho mais novo), são, hoje, muito frequentes no Português em Malanje.

Julgamos que a vitalidade de uma língua consiste na sua capacidade de gerar novas unidades lexicais bem como na reutilização de unidades lexicais já existentes com novos significados. Este dinamismo contribui para o desenvolvimento do léxico de uma língua.

Se a língua tem um carácter dinâmico, não se pode estudar a língua de um povo de uma maneira estática, pois se “perderá de vista a evolução da língua no sistema linguístico e social. Um estudo estrutural do léxico deixa claro que, ainda que não se possa abarcar todo o léxico de uma língua, pode começar-se a realizar a estruturação desse léxico a partir de um *corpus* delimitado” (Abbade, 2011, p. 1342). Portanto, todas as transformações culturais contribuem para a mudança do léxico.

## 1.5. ANTROPONÍMIA E CULTURA KIMBUNDU

A cultura possui pilares sobre os quais se erguem e se manifestam os demais elementos que a constituem. De acordo a *Enciclopédia Fundamental Verbo* (1982, p. 108), “a cultura designa a acção que o homem exerce no meio e em si próprio, visando uma transformação para melhor; e a antroponímia estuda a origem e formação dos nomes e apelidos das pessoas”.

A Antroponímia estuda os nomes das pessoas: nomes e apelidos; por exemplo, Teresa *Kayanda*, Paulo *Mundu*, Pascoal Carlos, Pascoal *Amuzembeka*.

A Antroponímia da língua *Kimbundu* de Malanje é rica no que concerne os apelidos que são oriundos de diversos países e etnias, muito em especial, os apelidos portugueses e africanos, etc.

Quer queiramos quer não, os apelidos portugueses são largamente predominantes em Angola, concretamente em Malanje, por razões históricas bem conhecidas. No caso de Angola, os colonizadores estiveram connosco durante quase meio milénio. Não se pode esquecer, que esses apelidos foram transmitidos e adoptados por um grande número de Malanjinos, dentro do processo histórico da miscigenação. Nota-se, que os apelidos lusos têm a sua origem sobretudo na religião, cristã e católica que influencia também os numerosíssimos topónimos (cf. Simões, 2011, p. 8).

A título de exemplo, começamos pelos apelidos de origem religiosa, cristã e católica: Ginga *António*, Luís *Bento*, Bumba *Francisco*, Quinona *Gabriel*, Leopoldo *Marcos*, Vunji *Mateus*, Kanquende *de Jesus*, Kimbamba *da Paixão*, Assunção *dos Anjos*, Isaac *da Conceição*, João *Jeremias*, Rita *da Cruz*, Anuarith *da Ressureição*, entre outros.

Enfim, os antropónimos com origem em topónimos: nomes de cidades, vilas, aldeias como por exemplo André *Malanje*, Óscar *Braga*, António *Castelo-Branco*, Matos *de Macedo*, Ana *Loures*, Carlos *Almeida*, Miguel *Viana*.

Porém, os apelidos *Kimbundu* são significativos no que se refere, algumas vezes, às vicissitudes vividas pelas famílias (*Kituxi*, *Hebo*, *Masoxi*, *Malamba*, *Kijila*, *Nzaji*, *Muhongo*, *Kamoxi*, *Buba*, etc). Estes nomes têm a ver com os muitos problemas que a família viveu, desde a gestação da criança até à adolescência. Outras vezes, têm a ver com a permanência da

linhagem (*Ngola Kiluanji*<sup>1</sup>, *Mukulu ya Ngola*<sup>2</sup>, *Xiba Dya Mwanyia Kula Xingu*<sup>3</sup>, *Mbuku ni Malenda Kitumba ni Ngunza*<sup>4</sup>, etc. Muitos desses nomes *Kimbundu* foram adoptados pelos portugueses, tais como *Tetêmbua*<sup>5</sup> e *Lelo*<sup>6</sup>.

Mas é nas alcunhas aceites pelos portugueses e muitas vezes impostas pelos profissionais de registo civil que a aculturação de nomes antroponímicos angolanos mais se evidencia: *Mulundu*<sup>7</sup>, *Mangunji*, *Mazembeli*<sup>8</sup>, *Nguvu*<sup>9</sup>, *Mukulu Ngola*<sup>10</sup>, *Cadisa*<sup>11</sup>, *Kileba*<sup>12</sup>.

## 1.6. ELEMENTOS DE CULTURA NOS ANTROPÓNIMOS

A cultura é aquilo que recebemos do ambiente social e desenvolvemos. É o que aprendemos dos nossos pais, companheiros e tudo o que recebemos, pela vida fora.

Segundo Martins (2001, p. 82), “cada cultura é constituída por inúmeros elementos culturais, de entre os quais sobressaem os usos e costumes, as crenças, a linguagem, as tradições orais, a sabedoria, a língua, a música e a dança, os padrões de comportamento, os ideais de vida e as técnicas”.

Ao estudarmos a cultura, entendida como conjunto de valores de uma sociedade, é necessário centrarmo-nos na língua porque é através dela que compreendemos os costumes dos diferentes grupos étnicos, numa determinada sociedade. A língua “traduz toda uma cultura, traduz todo um universo peculiar com suas implicações psicológicas e filosóficas que é preciso alcançar para enriquecimento da experiência” (Borba, 1984, p.7).

---

<sup>1</sup> Rei de Angola

<sup>2</sup> Respeito aos anciãos;

<sup>3</sup> Ritual de sucessão da linhagem familiar.

<sup>4</sup> Exímio pescador de pesca artesanal na região de Malanje

<sup>5</sup> Estrela

<sup>6</sup> Hoje

<sup>7</sup> Montanha

<sup>8</sup> Odiado

<sup>9</sup> Hipopótamos

<sup>10</sup> Ancião

<sup>11</sup> Milho

<sup>12</sup> Alto

Para Riutort (1999, p. 67), a cultura é o conjunto de ideias, tradições, conhecimentos e práticas individuais e sociais, projectadas na língua de um povo: “Cultura é um conjunto de crenças, costumes, maneiras de pensar e de agir próprios de uma sociedade humana”.

No contexto cultural *Kimbundu*, o principal perigo que ocorreu com a política colonial, foi a atitude que consistiu em se referir aos seus próprios valores para julgar os outros, o que conduziu à negação das diferenças culturais, em nome da superioridade da sociedade colonial. Esta atitude levou ao esvaziamento da qualidade cultural do povo de Malanje e não só; levou também ao tratamento degradante dos nomes antroponímicos da língua *Kimbundu*.

Para nós, o antroponímico é o meio de identificar a origem linguístico-cultural de cada indivíduo. Faz-nos pertencer a uma família ou a um grupo étnico e dá-nos identidade. Cada povo deve expressar os seus sentimentos, as suas emoções, as suas ideias na sua própria língua. A língua materna deve contribuir para a construção da identidade individual e colectiva. Perdê-la é deixar de ser o que somos e o que queremos ser.

Verificamos que nos antroponímicos *Kimbundu* houve um problema da política colonial de assimilação, trazendo consequências à sociedade *Kimbundu*, tais como o vínculo cultural que se mantém ligado à cultura portuguesa.

Por isso, vemos as instituições de Registo Civil rejeitarem os nomes culturalmente escolhidos pelos pais, para impor um sistema que vem de fora. Esta rejeição do nome em *Kimbundu* é fruto de uma vergonha mental. Tais indivíduos acham que os nomes *Kimbundu* pertencem a tempos passados. O fonema de um nome em *Kimbundu* criou repulsa. O que muitas vezes se esquece é que cada nome “importado” teve uma origem histórico-geográfica não aplicável ao contexto local. Porém, nem sempre os portadores de nomes de fora sabem explicar os contextos e as razões que lhes deram origem (cf. Chimbinda, 2009, p. 33).

O nome é mais do que uma simples designação da pessoa; o nome caracteriza a pessoa, é a pessoa. Sobretudo quando se trata do nome conhecido apenas dos familiares mais próximos. Conhecer este nome é ter um certo poder sobre a pessoa. Normalmente o nome passa de geração em geração. Entretanto, ao “filho que ainda não nasceu, não se lhe dá o nome” (Ducrot, 2009, p. 16). Um filho recebe o seu nome depois de nascer e de acordo com as circunstâncias do seu nascimento em *Kimbundu* seria: “o *mona kamuvala luwa, kamuluka*

*o dijina*”, quer dizer também: não confiar no incerto. Segundo o Pe. Ducrot, “*kutumbula, kuzokesa*” significa que citar e falar de nomes de pessoas ausentes traz problemas.

Os nomes das pessoas reflectem as diversas áreas de uma gramática de uma língua. Nos nomes das pessoas encontram-se vários elementos de uma língua. Assim, transplantar os nomes antroponímicos *kimbundu* para o sistema Português pode perturbar a natureza de um ou outro elemento gramatical *kimbundu*, desde o seu significado até à forma gráfica.

O que motiva as pessoas a criarem um nome antroponímico que até então não existia? Muitos nomes *kimbundu* que hoje usamos entraram na rotina da vida e quase nunca nos perguntamos sobre a origem deles. Cada antropónimo *kimbundu* teve um início temporal e local contextualizado.

O provérbio *kimbundu* “*kilaya o jina muthu kakitena*”<sup>13</sup> diz que o nome dura mais do que as pessoas.

Na vida quotidiana, as pessoas observam as atitudes e os comportamentos uns dos outros. Do comportamento habitual de um indivíduo, as pessoas podem criar uma alcunha que descreve a personalidade de alguém. Tal alcunha é dada por outras pessoas. Por exemplo, alguém que tenha o nome de *Tetembwa* (estrela) pode ser chamado de *Kifumbe* (assassino), por trabalhar no matadouro. A explicação da origem da alcunha está no ofício pelo qual *Tetembwa* (estrela) é conhecido na comunidade (cf. Chimbinda, 2009, p. 52). O uso repetitivo de um nome por brincadeira pode evoluir para um autêntico nome. Neste caso, o nome de nascimento fica ensombrado.

Os nomes antroponímicos provêm de diferentes domínios como a fauna, flora, ar, terra e água. É necessário, pois, que se observe os aspectos da vida humana. No entanto, quanto mais alta é a formação académica, maior é o distanciamento da contemplação da natureza. Queremos dizer que tudo no cosmos tem um ensinamento para dar aos seres humanos.

Pode criar-se um nome a partir de qualquer animal; por exemplo, o de Palanca, que resulta de um provérbio, segundo o qual os chifres da Palanca chegaram ao limite máximo de crescimento; é sinal de que tal animal andou pela selva sempre com cautela e prudência, para não cair nas garras de um leão. A expressão “*Wakinga o kukuka, kutukê dikungu*” significa

---

<sup>13</sup> Também pode significar: foram à lavra, deixaram as enxadas; morreram, mas deixaram implantados os seus nomes.

que para se chegar à velhice, é preciso muita prudência na vida; ou ainda “*watumaka, wajandala*” significa que a obediência tem a sua recompensa.

Muitas vezes com base na sorte dos animais, as pessoas reflectem e tiram conclusões: por exemplo, “*nyengena maku, ukola*” (Ducrot, 2009, p. 16) significa: o animal de braços pendentes é perigoso. Este provérbio é a conclusão dum conto, onde entram o leão e o lobo. O leão diz que teme apenas o *kisonde* e o elefante. O *kisonde* porque se espalha no chão e é muito perigoso e o elefante por causa do seu tamanho e peso. O lobo contesta: o animal de braços pendentes é mais temível. Este último acaba por matar o leão. Ao invocar esta experiência, as pessoas criaram um provérbio de que derivou o nome “*vula-ndunge, ukola*” (aquele que sabe muito é forte).

Os velhos ensinam a cultivar a própria cultura e a respeitar as outras. Ao viajar para diferentes terras, as pessoas encontram diferentes maneiras de viver. A prudência e o respeito ensinam a observar as tradições locais encontradas. Entretanto, os jovens, orgulhosos da sua modernidade, não querem rebaixar-se para perguntar aos velhos a eventual solução de certos problemas. Daí o provérbio “*jamona kota, ndenge jamubana ujitu; jamona ndenge, kota jamubana malebu*” que significa “o que o mais velho adquire, dá honra ao menor; o que o menor adquire, dá ofensa ao mais velho”. Por outras palavras, o respeito, a autoridade e o saber estão sempre do lado dos mais velhos. Os jovens actuais pensam que sabem tudo e que os velhos nada mais têm para lhes dar, não usufruindo, por isso, da sabedoria dos mais velhos.

Como podemos observar no antropónimo *Kimbundu* existem ensinamentos em forma de provérbios, adágios, contos, representando a experiência da vida e a sabedoria da história.

Por isso, além da identidade pessoal, um antropónimo em *Kimbundu* transporta consigo um significado proverbial.

## **1.7. ANTROPONÍMIA E SOCIEDADE**

A Antroponímia é um fenómeno social ou fenómeno sociocultural, porque todos os antropónimos estão relacionados com a vida social e os nomes próprios mais antigos deixam entrever a sua relação com temas sociais.



Nesta ordem de ideias, podemos dizer que em toda a sociedade o seu passado está ligado à história local; o seu presente está relacionado com a realidade actual e o seu futuro muda através do diálogo fecundo entre as gerações (cf. Martins, 2001).

No processo de socialização, o homem aprende a conviver com as diferenças, aprendendo normas sociais que regem a sociedade a que o indivíduo pertence. A língua, neste caso, desempenha um papel fundamental na socialização do indivíduo.

Os nomes antroponímicos reflectem experiências da vida, como por exemplo: *Tunga N'e, umumone kifwa kyê*<sup>14</sup>; *Wakimono wakitange*<sup>15</sup>, *Twadilena ku tembu yoso, lelu akituka jinguma*; *Kimbu akuvela kyu*; *Kyokamba, Kikutobesa*<sup>16</sup>; *Kya mukwenu! Kyakwata woma*<sup>17</sup>. Contudo, por detrás de um nome, há um provérbio e uma circunstância que pode ser fonte de ensinamento.

Outros nomes reflectem o ambiente em que decorre a vida social dos *Akwa Kimbundu*. Por exemplo, nomes como *Kamasa* (nascida no tempo do milho), *Kasesa* (nascido na 6ª Feira é baptizado por Conceição), *Lumingu* (nascido num domingo é baptizado por Domingos/as), *Katersa* (nascido na 3ª Feira é baptizada de Teresa), *Kambundu* (nascido com um nó no cordão umbical), *Mukolo* (corda, nascido quando o irmão anterior era ainda muito pequeno).

Através dos antropónimos, é possível conhecermos a cultura do povo de Malanje. Contudo, “Angola tem a Língua Portuguesa como língua oficial e as línguas locais como outros meios de expressão da cultura nacional e instrumento de comunicação para as populações” (Mudiambo, 2014, p. 86).

A língua Portuguesa é a língua oficial do Estado angolano. Para além de servir de comunicação entre os vários grupos etnolinguísticos, ela é utilizada em todas as esferas da vida sociopolítica e cultural.

Embora o governo angolano declare defender as línguas nacionais, sempre valorizou aspectos que contribuíssem para a unificação do país, utilizando a Língua Portuguesa como a única língua de unificação nacional.

---

<sup>14</sup> Diz-me com quem andas e dir-te-ei que tu és

<sup>15</sup> Quem o vê também o diz

<sup>16</sup> O que é do amigo, engana

<sup>17</sup> O que é do outro, provoca medo

A adopção do Português, como língua de comunicação em Angola, proporcionou a veiculação de ideias de emancipação em certos sectores da sociedade angolana. Justamente, a partir de meados do século XX, a Língua Portuguesa facilitou a comunicação entre pessoas de etnias diferentes. Por causa da guerra colonial, houve expansão da consciência nacional angolana e a Língua Portuguesa adquiriu um carácter unificador entre os diferentes povos de Angola.

A língua é uma instituição sociocultural, é um instrumento de afirmação da identidade nacional de uma Nação e o reflexo espiritual de uma cultura: “O problema da integração das diferentes línguas nacionais não é apenas uma importante operação política e cultural. É sobretudo um contributo ao património colectivo dos povos de África e do mundo” ( Andrade, 1980, p. 104).

## 2. CARACTERIZAÇÃO SOCIOLINGUÍSTICA DE ANGOLA

### 2.1. ESTATUTO DAS LÍNGUAS

A política colonial portuguesa consistia em eliminar as línguas nativas, por considerar que estas constituíam uma ameaça para o sistema colonial. Sem colonizar as línguas, a subordinação não ficaria efectiva e um sector da sociedade escaparia ao controlo do colonizador. Para tal, dizem Fernandes e Ntongo (2002, p. 101), “os portugueses utilizaram como critério de comunicação, para imposição da língua Portuguesa, o monolinguismo”.

Durante a época colonial era proibido falar a língua local, à excepção da portuguesa. Os colonizadores impunham e injectavam a transmissão de valores culturais nas mentes da gente local. Isto só era possível, através da subordinação e imposição que pressupunham a estima dos valores alheios em detrimento dos próprios.

O choque de culturas deu-se numa relação de verticalidade que pressupunha a discriminação e subalternização dos valores culturais do homem africano exercida para quebrar a resistência cultural (cf. Costa da, 2006, p. 44).

Os missionários Protestantes e Católicos sentiram a necessidade de promover as línguas locais, o que gerou, por vezes, um confronto com as autoridades administrativas coloniais.

Em 1921, Norton de Matos, Governador-geral de Angola, publicou um Decreto nº 77, que proibia o uso das línguas locais dentro do território colonial:

**Artigo 1º, ponto 3:** *É obrigatório, em qualquer missão, o ensino da língua portuguesa;*

*ponto 4: É vedado o ensino de qualquer língua estrangeira;*

**Artigo 2º:** *Não é permitido ensinar, nas escolas de missões, línguas indígenas;*

**Artigo 3º:** *O uso de língua indígena só é permitido em linguagem falada na catequese e, como auxiliar, no período do ensino elementar de língua portuguesa;*

Esta medida emitida pelos governantes coloniais agravaram a situação linguística nacional. Mas, muitos missionários Protestantes e Católicos estavam convencidos que o uso da língua *Kimbundu* era necessário para a evangelização.

Norton de Matos, nas suas *Memórias e Trabalhos da Minha Vida* publicados em 1944, confessa que a sua preocupação foi a de espalhar e fixar a língua Portuguesa em todas as colónias (Matos, 1944, p. 325). O combate às línguas nativas provocou a destruição cultural do povo angolano. Além disto, constituía uma ameaça ao regime colonial, pois temiam que os angolanos, com o desenvolvimento das suas línguas nativas, se organizassem numa subversão armada.

Chimbinda (2009, p. 6) afirma que “ao aportuguesar tudo e todos, Portugal erradicou as expressões locais substituindo-as pelos únicos de Portugal”. A língua era o primeiro critério de possibilidade de ascender ao estatuto de assimilado. O grande objectivo era eliminar a cultura local para abraçar a nova (portuguesa).

Mingas (2002, p. 50) chegou mesmo a afirmar que “os portugueses substituíram os elementos autóctones pelos estrangeiros” até mesmo os antropónimos. Entretanto, com todo o mecanismo imposto na implantação de uma cultura alheia, o *Kimbundu* coexistiu durante vários séculos com o Português. Há toda uma tradição acumulada de valores culturais que nos são transmitidos pela fonte oral.

Por isso, a língua Portuguesa não se fixou em todo o território angolano, porque estava limitada aos assimilados, isto fez com que, nas zonas rurais, as línguas locais permanecessem intactas, fenómeno que actualmente já não se verifica devido ao contacto com os meios de comunicação e as influências de outras culturas ocidentais.

Actualmente, o Ministério da Educação está preocupado em inserir as línguas nacionais sem abdicar do Português, língua oficial da República de Angola. A língua Portuguesa é a língua de escolaridade e de unidade nacional. Entretanto, Ntongo (2002, p. 18) afirma que:

“As línguas *não Bantu e Bantu*, consideradas nacionais, não gozam de nenhum estatuto definido, servindo somente de línguas de comunicação a micro nível, quer dizer, entre os membro de um mesmo grupo etnolinguístico ou de uma mesma comunidade linguística”.

A língua permite a inter-relação entre diferentes comunidades humanas. Ela serve de instrumento de comunicação e de reflexão da realidade sociocultural e histórica. Por esta razão, todos os grupos etnolinguísticos são livres em usar o património cultural e linguístico. Os que eram assimilados (de acordo com o provérbio *Kimbundu*, que diz: “*Ukembu wa phetu*,

*moxi isuta*” (Ducrot, 2009, p. 52) o que significa em Português: “luxo na fronha, farrapos por dentro”, hoje, estão preocupados com a sua identidade cultural, em termos linguísticos. Porque durante a época colonial, apropriaram-se da Língua Portuguesa, assumiram-na com toda a dignidade, desprezando as línguas locais.

### **2.1.1. CONCEITO DE LÍNGUA**

A língua é um sistema por meio do qual se processa a comunicação entre os membros de uma comunidade humana. Pode ser oral ou escrita.

Por outro lado, os conceitos saussurianos de “língua” e “fala” têm definições específicas: a língua é um sistema de meios de expressão comum a todos os membros de uma comunidade humana, enquanto a fala é o emprego que um indivíduo faz da língua em determinada situação de comunicação.

Segundo Celso Cunha e Cintra (1994), a língua é a expressão da consciência de uma colectividade, é um meio por que a língua concebe o mundo que a cerca e sobre ela age. Na reflexão feita por Jacob (1984, p. 154) “a língua é uma especificação da linguagem rica de ensinamentos antropológicos”. Segundo o mesmo autor (1984, p. 67), “a língua é uma relação viva consigo mesmo ou com os outros, é uma revelação do ser íntimo e do liame psíquico que nos une ao mundo e a nossos semelhantes”. Pode também ser entendida como um conjunto de regras gramaticais.

De acordo com o linguista Ferdinand de Saussure (1978, p. 34), “a língua é um produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adoptadas pelo corpo social para permitir aos indivíduos o exercício desta faculdade”. A língua é um sistema de comunicação que nos permite exprimir e partilhar os sentimentos.

Segundo Imbamba (2010, pp. 42-43), “a língua constitui o elemento fundamental de qualquer cultura. Onde não há língua não se pode formar um povo e não se pode desenvolver nenhuma cultura”. A língua é um espelho que reflecte o mundo e a cultura de uma comunidade.

A língua constitui a fonte de socialização. Através dela cada indivíduo assimila os modelos de comportamento, as regras, as representações da realidade natural e social. É o meio de comunicação por excelência que exprime sensações, emoções, conceitos e permite uma reflexão sobre estas dimensões (cf. Crespi, 1997. p, 148).

### **2.1.2. A LÍNGUA PORTUGUESA: LÍNGUA OFICIAL**

A Língua Portuguesa chegou a Angola no século XV. Segundo Fernando Pessoa (2008, p. 406) diz:

“O que constitui uma nação é a manifestação de uma relação de identidade e de uma realidade própria que em grupo social vai construindo com a palavra. Prisma através do qual os seus falantes estão condenados a ver o mundo, a língua que clarifica e traduz uma forma de estar particular desta vivência comum”.

Justamente, cada povo tem o seu modo de viver, seus costumes e valores. Como há muito ensinou Amílcar Cabral (1979, p. 51), intelectual africano, num dos seus discursos, a “Língua Portuguesa é a maior herança deixada pelo colonialismo”. Além disto, toda a cooperação de desenvolvimento de um país, em todos os domínios, exige que aprendamos a Língua Portuguesa e que tenhamos o domínio de outras línguas como meio de comunicação. A Língua Portuguesa, em Angola, é capaz de ser entendida por todos os angolanos, em qualquer parte de Angola.

Para Mudiambo (2014, p. 36) a Língua Portuguesa “é uma língua privilegiada pelo facto de ser uma língua de cultura e de civilização em virtude da categoria e funções concretas que o Poder Político lhe confere”. É a única língua usada na Administração e em todos os sectores sociais.

Angola é um país plurilingue e o facto de ter optado por uma língua europeia como língua oficial, evitou um problema étnico-linguístico. O governo angolano optou pela conservação da língua Portuguesa, mas mantendo a atenção aos fundamentos da cultura e da revitalização das línguas locais.

Tal facto pode ser observado na Constituição, no seu Artigo 19º que diz:

“1. A língua oficial da República de Angola é o português. 2. O Estado valoriza e promove o estudo, o ensino e a utilização das demais línguas de Angola, bem como das principais línguas de comunicação internacional”.

Agostinho Neto, então Presidente da República, reafirma: “O uso exclusivo da língua portuguesa, como língua oficial, veicular e utilizável actualmente na nossa literatura, não resolve os nossos problemas. E tanto no ensino primário, como provavelmente no médio, será preciso utilizar as nossas línguas” (Costa da, F. 2006, p. 46).

Na perspectiva de António F. da Costa (2002, p. 171), a existência da Língua Portuguesa, em Angola, ocorre numa sociedade caracterizada por uma forte estratificação linguística. Ela partilha o mesmo espaço sociológico com os outros idiomas geneticamente distintos. Esse facto faz com que Angola seja um país plurilingue, tal como a maioria dos países africanos, que possuem uma composição sociolinguística muito complexa e heterogénea.

Estas são as razões pelas quais os angolanos adoptaram a Língua Portuguesa, como língua oficial, língua de escolaridade e da unidade nacional. Quer queiramos quer não, a Língua Portuguesa é uma língua de prestígio, em Angola, pois é o veículo do entendimento nacional e as línguas locais coexistem com a Língua Portuguesa como veículos de comunicação e expressão.

De acordo com Mingas (cf. 2000, p. 93), embora a política angolana se tenha baseado na difusão e protecção da língua Portuguesa, em Angola, em detrimento das línguas locais, ao contrário do que se verificou durante a época colonial, a utilização da língua Portuguesa não foi interdita. A língua Portuguesa goza de estatuto especial em Angola, na medida em que é a única língua oficial do país.

### 2.1.3. A LÍNGUA KIMBUNDU

O *Kimbundu* pertence à família das línguas africanas designadas por Bantu. *Bantu* significa pessoa e é o plural de *Muntu*. O povo Bantu faz referência aos indivíduos pertencentes a este grupo linguístico, mas não constitui um grupo isolado; é um grupo de vários, cujas línguas possuem semelhanças (cf. Chatelain, 1888, p. 89).

Angola é habitada por vários grupos étnicos. O que faz com que seja um país multilíngue. O *Kimbundu* é uma língua falada nas províncias de Malanje, Kwanza Norte, Luanda e Bengo. Mas encontramos pequenos grupos *Kimbundu* nas zonas fronteiriças ao Sul das províncias de *Uíge* e do *Zaire*, ao Norte da província do *Kwanza Sul*. O *Kimbundu* ocupa o segundo lugar e tem um número de falantes de 1 500 000. É a língua dos *Akwa Kimbundu* que vivem numa extensão que se estende entre o mar e o rio *Kwangu* (cf. Mingas, 2000, p. 35).

Cada língua ou grupo étnico corresponde a uma reorganização dos dados da experiência que lhe é sempre particular; cada língua constitui a maneira como se analisa, se ordena e se classifica a experiência comum a todos os membros de uma determinada comunidade linguística. Uma língua é um prisma através do qual os seus utentes vêem o mundo; a nossa visão do mundo é determinada pela língua que falamos (cf. Mounin, 1997, pp.71-72).

A aprendizagem de uma língua efectiva-se num intenso contacto com a outra. A colonização portuguesa durou cerca de quinhentos anos em Angola. Neste período, os autóctones tinham um meio de comunicação, uma língua que lhes era própria.

No contacto entre as duas línguas, aconteceu que a adopção de uma nova trouxe consigo, muitas vezes, o abandono da antiga; com o andar do tempo, os novos vão desprezando e deixando a língua mais velha para os mais velhos. Mas nas zonas rurais angolanas, os hábitos linguísticos destes povos não foram modificados pelos contactos com os portugueses.

No entanto, houve uma interinfluência entre as línguas e aconteceu uma primazia da Língua Portuguesa sobre as línguas nacionais.



Sendo o léxico o conjunto de todas as unidades lexicais da língua, as neológicas e as que caíram em desuso, é normal que as unidades importadas sejam produzidas em sistemas linguísticos diferentes do *Kimbundu* e apresentem características formais que são violadoras do sistemas linguístico importado (cf. Correia e Lemos, p. 52).

#### 2.1.4. CARACTERÍSTICAS DA LÍNGUA KIMBUNDU

A língua Portuguesa e *Kimbundu* apresentam duas realidades culturais diferentes. A língua Portuguesa pertence às línguas neolatinas e o *Kimbundu* às línguas Bantu. Isto faz com que tenham características diferentes.

No *Kimbundu* os nomes comuns são caracterizados por prefixos que indicam o singular e o plural. Porém, uma das diferenças linguísticas que opõem o Português ao *Kimbundu* reside no modo como se processa a pluralização do nome. Na língua Portuguesa a flexão ocorre no final da palavra, como na maioria das línguas indo-europeias, mas em *Kimbundu* verifica-se no início. Se em Português ocorre o morfema -s como estrutura fundamental de pluralização do nome, em *Kimbundu* observa-se a ocorrência de diversos morfemas: *imbua/jimbua* (cães), *dibitu/mabitu* (portas), *tubia/matubia* (fogos), *ndandu/jindando* (famílias), *ngulu/jingulu* (porcos), *ngombe/jingombe* (bois), *mbolo/jimbolo* (pães), *mbonzo/jimbonzo* (batatas), *hombo/jihombo* (cabras), *kinama/inama* (pernas), *muxi/mixi* (árvores), *uta/mauta* (armas), *kaditadi/tuditadi* (pedrinhas).

A maior parte das línguas bantu utiliza os tons; o sistema vocálico é simétrico, ou seja, o sistema comporta uma vogal central [a] e um número idêntico de vogais anteriores [i], [e] e de vogais posteriores [u], [o]. Algumas consoantes orais, não aparecem de forma isolada por serem sempre pré-nasalizadas o que significa que são precedidas de consoantes nasais (cf. Ntongo, 2002, pp. 68-69). Quando há duas vogais finais /ai/, /ao/, /eu/, /ou/, formam duas sílabas, sendo a primeira sempre acentuada. Por isso, empregamos as semivogais [w] e [y] para acentuar a vogal seguinte, ou das sílabas anteriores ou seguintes. O [w] emprega-se em substituição do [u]. Ex: *ku-fua*; *ku-fw-a* (morrer); O [y] substitui o [i] breve. Ex: *imbia*; *imbya* (panela).

A grafia do [r] é um assunto que ainda não está bem resolvido. Escreve-se [r] ou [l] conforme o parecer de cada um. Em *Kimbundu* substituí-se o [r] por [l]. Ex: *Dikalul/Makalul* (carros) (cf. Martins, 2001, p. 43).

Existem dez prefixos que variam do singular para o plural e que determinam dez classes diferentes. Estes prefixos têm grande importância porque determinam a concordância entre as diferentes palavras.

Classes	Singular	Exemplos	Plural	Exemplos
I	MU-	<b>Muthu</b>	<b>A-</b>	<b>Muthu, athu</b> (pessoa, pessoas)
II	MU-	<b>Mutwe</b>	<b>Mi-</b>	<b>Mutwe, mitwe</b> (cabeça, cabeças) A semivogal /u/ é representada por /w/
III	KI-	<b>Kima</b>	<b>I-</b>	<b>Kima, ima</b> (coisa, coisas)
IV	DI-	<b>Ditadi</b>	<b>MA-</b>	<b>Ditadi, matadi</b> (pedra, pedras)
V	U-	<b>Wanda</b>	<b>MAU-</b>	<b>Wanda, mawanda</b> (rede, redes)
VI	LU-	<b>Lumbu</b>	<b>MALU-</b>	<b>Lumbu, malumbu</b> (muro, muros)
VII	TU-	<b>Tubya</b>	<b>MATU-</b>	<b>Tubya, matubya</b> (fogo, fogos) A semivogal /i/ é representada por /y/
VIII	KU-	<b>Kudya</b>	<b>MAKU-</b>	<b>Kudya, makudya</b> (comida, comidas)
IX		<b>Jimbudi</b>	<b>Ji-</b>	<b>Mbudi, Jimbudi</b> (ovelha, ovelhas)
X	KA-	<b>Kafunga</b>	<b>TU-</b>	<b>Kafunga, tufunga</b> (pastor, pastores)

Os prefixos indicam o número e a classe a que pertence o substantivo que prefixam; por exemplo: MU- A- ; **Muthu** / **Athu**.

Os prefixos não são artigos; o único artigo existente em *Kimbundu* é o artigo definido *o*, para ambos os números. Este artigo nunca ocorre imediatamente depois da conjunção *ni* (com) (cf. Ducrot, 2013, p. 9); por exemplo: *o dyala* (o homem) *o muhathu* (a mulher).

Quando se torna necessário distinguir entre o masculino e o feminino, faz-se seguir, tratando-se de pessoas, o substantivo que se quer definir da palavra *dyala*, homem, para o masculino, e da palavra *muhatu*, mulher, para o feminino. As palavras *dyala* e *muhatu* concordam com o substantivo por meio do prefixo concordante; por ex: *Mulambi wa dyala*, o cozinheiro; *mulambi wa muhatu*, a cozinheira.

Tratando-se de animais, utilizam-se as palavras *ndumbi*, macho e *mukaji*, fêmea. As palavras *ndumbi* e *mukaji* concordam com o substantivo por meio do prefixo concordante; por exemplo: *Imbwa ya ndumbi*, o cão; *imbwa ya mukaji*, a cadela (cf. Ducrot, 2013, p. 10).

Na perspectiva de Ntongo (2002), as línguas bantu apresentam características gerais e traços comuns, mas também algumas características próprias.

Enfim, há uma oposição linguística entre os sistemas linguísticos Português e o *Kimbundu*. Esta oposição é decorrente da interferência das línguas bantu na língua Portuguesa. Por exemplo, “a representação nominal **mentira** que, em português, admite pluralização e singularização é correspondente a **makutu**, um termo que, em Kimbundu, é susceptível de singularização, ocorrendo unicamente como uma formação plural” (Costa da, 2006, p. 99).

A variação mórfica da estrutura nominal, em *Kimbundu*, ocorre na sua fronteira inicial, na determinação da alternância singular/plural. O número dos substantivos é determinado através de um sistema de classe, recorrendo à prefixação.

Nas línguas bantu não existem ditongos. Ocorrem agrupamentos de certas vogais que originam sucessões de fonemas completamente diferentes do Português. O fonema [r] não existe.

Não existem pronomes relativos, nem determinantes artigos.

A nível morfológico, a distinção de classe é feita por intermédio da prefixação; por exemplo: *Diyala/ Mayala* (homem, homens).

### 2.1.5. ALFABETO E SISTEMA FONOLÓGICO

A fonologia estuda os sons das línguas e a fonética estuda os sons da fala humana, o modo como são produzidos e percebidos pelos locutores e ouvintes. Os fonemas são os sons de uma língua com uma função no sistema linguístico; podem ser: vogais, consoantes e semivogais.

Os primeiros passos da elaboração do alfabeto de línguas nacionais foram dados pelos missionários e alguns comerciantes, a partir das línguas europeias e com base no alfabeto latino.

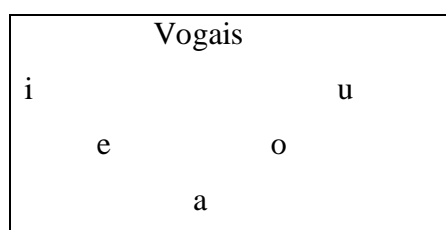
De acordo com Mingas (2002, p. 56), “durante a época colonial os missionários utilizaram as línguas locais nas suas escolas e os primeiros textos escritos em línguas locais aparecem ao nível da igreja”.

O alfabeto *kimbundu*, segundo o que foi estabelecido pelo Instituto de Línguas Nacionais, em 1987, comporta 26 letras:

a, b, bh, d, e, f, ng, h, i, j, k, l, m, n, o, ph, s, t, th, u, v, w, x, y, z.

O sistema fonológico:

Consoantes	
Oclusivas	<div> <div>Surdas</div> <div>sonoras</div> </div> <div> <div>[t]</div> <div>[ph]</div> <div>[b]</div> <div>[ng]</div> </div> <div> <div>[k]</div> <div>[th]</div> <div>[d]</div> <div>[bh]</div> </div>
Fricativas	<div> <div>surdas</div> <div>sonoras</div> </div> <div> <div>[f]</div> <div>[v]</div> </div> <div> <div>[s]</div> <div>[z]</div> </div> <div> <div>[x]</div> <div>[j]</div> </div> <div> <div>[h]</div> </div>
lateral	[l]
semivogais	[w] [y]
nasais	[m] [n] [ny]



#### Observações:

As vogais [a], [ɛ], [i], [o], [u] podem ser longas ou breves. A vogal ɛ (breve) na pronúncia rápida, antes da vogal, corresponde a um [i], ex: *pangiami* (meu irmão).

De acordo com o ILN (Instituto de Línguas Nacionais, 1987) o *Kimbundu* é uma língua com dois tons de base, a saber: o tom Alto será marcado pelo sinal /ˈ/ e o tom Baixo será caracterizado pela ausência de sinal. Segundo Ducrot (2013, p. 6), “a ausência de notação tonal significa que a vogal é a portadora do tom baixo”.

[i] e [u] seguidos de vogais tornam-se semivogais e escrevem-se respectivamente /y/ e /w/.

[aw], [ay] em posição final têm o acento tónico na 1ª vogal: *dikáw*, *say*; mas seguidos de consoante, têm o acento tónico na última vogal: *saí-ku*, *kubawka*.

No entanto, segundo Ducrot (2013, p. 4), encontramos nos textos antigos a letra /r/ em vez de /d/.

Representação Fonológica	Representação grafemática	Representação Gráfica		Exemplos	Língua Portuguesa
		Letra	Valor fonológico		
[a] ~ [a]	/a/	A	A	Áthu	peessoas
[b]	/b/	B	Bê	kubuta	ser baixo
[bh] ~ [v]	/bh/	Bh	Bhê	lubhambu	corrente
[d]	/d/	D	Dê	kudituna	recusar
[e] ~ [ɛ]	/e/	E	E	kwenda	andar
[f]	/f/	F	Fê	fundanga	pólvora
[g]	/ng/	Ng	Ngê	Ngoji	corda

[h]	/h/	H	Há	Hoje	leão
[i]	/i/	I	I	Inzu	casa
[ɟ]	/j/	J	Jê	kujikula	abrir
[k]	/k/	K	Kê	kukuta	atar, amarrar
[l]	/l/	L	Lê	Lwoso	arroz
[m]	/m/	M	Mê	Mona	filho
[n]	/n/	N	Nê	nonoxi	insecto aquático
[ny]	/ny/	Ny	Nye	Nyoka	cobra
[o]	/o/	O	O	kuxoka	fulminar
[ph]	/ph/	Ph	Phê	jiphata	discussão
[s] ~ [ts]	/s/	S	Sê	Sanji	galinha
[t]	/t/	T	Tê	Tata	pai
[th]	/th/	Th	Thê	jithangu	ramos
[u]	/u/	U	U	Uta	arma
[v]	/v/	V	Vê	kuvanga	cobrir
[w]	/w/	W	Wê	wanga	feitiço
[ʃ]	/ /	X	Xê	Xitu	carne
[y]	/y/	Y	Yê	Yangu	capim
[z] ~ [dz]	/z/	Z	Zê	kuzula	despir

A distinção entre os tons de base foi estabelecida com a ajuda dos pares tonais, tais como:

<i>Ngándu</i>	jacaré	<i>ngandu</i>	esteira
<i>Kúlámba</i>	enterrar, cobrir	<i>kúlamba</i>	cozinhar
<i>Kúbúnda</i>	bater até à morte	<i>kúbunda</i>	misturar

As sequências tonais do tipo baixo + alto e alto + baixo serão marcadas pelos sinais /<sup>v</sup>/ e /<sup>^</sup>/ sobre a unidade portadora.

Exemplo:

<i>Hânji</i>	Ainda
<i>Kúvôta</i>	apanhar em grande quantidade
<i>Kinu</i>	Pilão

A distinção entre os tons de base e as sequências tonais acima mencionados foram estabelecidos com a ajuda dos pares tonais, tais como:

<i>Mbámbi</i>	frio	<i>mbambi</i>	cabra do mato
<i>Kúbeta</i>	bater	<i>kúbêta</i>	molhar
<i>Ndanji</i>	raiz	<i>ndanji</i>	rocha

### As vogais

/ A / é sempre aberto, como em português, o [a] de rato.

/ E / pode corresponder a dois fonemas:

- aberto como o [ɛ] de fé;

- fechado como [e] de medo, quando seguido de /n/ ou /m/: menya = água; henda = pena.

/ I / como em português.

/ O / é sempre aberto.

/ U / como em português.

**As Consoantes B, D, F, J, L, M, N, T, V e Z** são idênticas às do Português:

/ BH / tem o som mais brando do que /b/, quase /v/.

/ G / é sempre gutural, como o /g/ de gato, mesmo antes de /e/ ou /i/.

/H/ é sempre aspirado. É importante aspirar fortemente este grafema para ajudar a diferenciar certas palavras com sentido completamente diferente como:

<i>Haba</i>	trepá	<i>Aba</i>	então
<i>Hala</i>	caranguejo	<i>Ala</i>	ora essa
<i>Hanga</i>	galinha do mato	<i>Anga</i>	ainda que
<i>Hima</i>	macaco	<i>Ima</i>	coisas

/ K / tem o valor do /q/ no português ou do /c/ antes de /a/, /o/ ou /u/.

/ S / tem o valor de [s], mesmo entre vogais.

/ *X* / tem sempre o valor de [ʃ] como na palavra chave.

/ *Ph* / tem um som mais brando do que /*p*/.

/ *Ny* / corresponde a [ɲ] do português.

/ *Th* / é mais brando do que o [t] .

As consoantes *D*, *G*, *J*, *Z*, quando estão em posição inicial num substantivo são geralmente precedidas de *N*.

Exemplo:

<i>Ndandu</i>	Parente
<i>Ngombe</i>	Boi

As consoantes *B* e *V* são também geralmente precedidas de *M* quando estão no início de substantivo.

Exemplo:

<i>Mbambi</i>	frio;
<i>Mbangi</i>	testemunha;
<i>Mvula</i>	chuva.

Em todos estes casos, os fonemas [nd], [ng], [nj], [nz], [mb], [mv] são produzidos numa só emissão de voz. Fora destes casos onde /n/ e /m/ não são consoantes isoladas, nunca encontramos duas outras consoantes seguidas numa palavra. Sempre temos uma vogal a separar duas consoantes.

As palavras podem começar por uma consoante ou uma vogal, mas o fonema final é sempre uma vogal.

Quando, na sucessão de palavras surgem duas vogais seguidas, podem ocorrer dois fenómenos: uma das vogais desaparece; ou pode ocorrer a contracção das duas vogais numa terceira:



1. A primeira vogal desaparece nos casos seguintes:

a+a > a	An'ami (< Ana ami )	os meus filhos
a+e > e	Ng'ende (< Nga ende )	andei
a+o > o	Ng'oha (< Nga oha )	queimei
e+i > i	Pang'yami (< Phange yami)	o meu irmão
i+i > i	Inzo faz jinzo no plural (< jiinzo)	casa

Nota: O apóstrofo indica sempre a supressão de uma letra:

i+a > a	Ng'ambata (< ngi ambata)	vou levar
i+e > e	Ng'enda (< ngi enda)	Irei
i+o > o	Ng'oha (< ngi oha)	vou assar
i+u > u	Kutena (< ki utena)	não podes

2. Contracção de duas vogais numa terceira:

a+i > e	Ng'exana (< nga ixana)	Chamei
u+a > o	Mona (< muana1ªclasse)	Filho
u+i > o	Koxi (< ku ixi)	em baixo, no chão, no fundo
a+u > o	molungu (< maulungu)	Canoas

Ixi yokulu, jinjila jaube ou jinjila jobe o país é antigo, os caminhos são novos.

3. Os grafemas /u/ e /i/ correspondentes às semivogais [w] e [y] desaparecem se derem início a uma palavra e forem precedidas e seguidas de vogais às quais se combinam.

Mon'ami (< Mona wami)	o meu filho
Mon'é (< Mona wé)	o teu filho
Tat'etu (< Tata yetu)	o nosso pai.

## 2.2. COMPOSIÇÃO ETNOLINGUÍSTICA DE ANGOLA

### 2.2.1. GEOLINGUÍSTICA DE ANGOLA

Angola no princípio da colonização portuguesa não tinha a extensão actual. Antes da chegada dos portugueses ao litoral de Angola, os povos bantu ocupavam as terras angolanas. A família bantu veio há um milénio da Ásia Ocidental, penetraram na África pelo nordeste e fixaram-se durante muito tempo na região dos Grandes Lagos, na África Central. Dali imigraram para os vários países da África Austral, ou seja, desde o Equador até a sul do continente (cf. Gabriel, 1982, p. 22).

Quando chegaram os primeiros portugueses, Angola (*Ngola*) abrangia apenas as províncias de Luanda, Bengo, Kwanza-Norte e Malanje (cf. Muaca, 2001, p. 22). À medida que os portugueses iam conquistando novas regiões, Angola foi aumentando de extensão e sentido. Portugal procurou alargar a linha divisória do leste, tentando ligar Angola a Moçambique, o famoso projecto do *Mapa Cor de Rosa*.

Segundo Nzau (2002, p. 32),

“O termo *Ngola* foi adaptado fonologicamente e resultou Angola. Etimologicamente Angola deriva de *Ngola*, nome atribuído a uma dinastia dos povos *Ambundu* (o que fala a língua Kimbundu), fixados no médio Kwanza”.

Angola é um país africano situado na África Austral. De acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE 2014), o país tem uma superfície terrestre de 1. 252 145 km<sup>2</sup> e com uma costa Atlântica de 1.650 quilómetros entre a foz do rio Zaire, ao Norte, e a foz do rio Cunene, ao sul. Faz fronteira, a Noroeste com a República do Congo, a Norte e a Leste com a República Democrática do Congo, a Sul com a República da Namíbia, a Este e a Sudeste com a República da Zâmbia e a Oeste com o Oceano Atlântico.

Segundo dados do INE (Instituto Nacional de Estatística 2014), calcula-se que a população angolana corresponde a um total de 24.383.301 milhões de habitantes, distribuídos pelas 18 províncias administrativas do país. Uma boa parte dos habitantes de Angola têm origem na miscigenação (primeiro entre os diversos grupos que migraram para Angola e por população europeia, sobretudo portuguesa, durante o período da colonização).

Angola tem um povo com uma diversidade cultural e étnica rica, quase na sua totalidade de origem bantu, não bantu e europeia. A designação bantu, segundo Nzau (cf. 2009, p. 55), é atribuída à maioria da população fixada ao sul do Equador e usada em relação a todos os povos, cujas línguas utilizam a raiz *Ntu* para designar homem e cujo plural é a palavra *Bantu*.

O termo bantu aplica-se a uma civilização que conserva a sua unidade e foi desenvolvida por povos de raça negra.

Segundo Mudiambo (2014, p. 37):

“Bantu refere-se a uma família de línguas africanas que se estende do Sul dos Camarões até à África do Sul e do Atlântico ao Índico, que usam a raiz *Ntu* para designar *PESSOA*, segundo a classificação do linguista alemão, radicado na África do Sul, Wilhem Bleek, que propôs, em 1826, a classificação das línguas africanas”.

O grupo ocidental penetrou em Angola, sendo que as populações do centro e norte de Angola, vieram das migrações que entraram pelo norte, ao sul do Zaire, e se expandiram até ao planalto de Benguela, dando origem àquilo que os Portugueses denominaram os reinos do Congo, de Angola e de Benguela; outras vieram de leste, além Cassai, invadiram a Lunda e o Moxico, e vieram até à Baixa de Cassanje, à parte oriental de Malanje, entre os rios Cuango e Cuanza. Estes últimos constituem o chamado grupo Lunda-Cokwe (cf. Gabriel, 1982, p. 24).

Quanto à composição etnolinguística e cultural, Angola é um país plurilingue cuja população integra, na sua maioria, os seguintes grupos: *Bakongo*, *Akwa kimbundu*, *Ovimbundu*, *Lunda-Cokwe*, *Nganguela*, *Nyaneka-Humbe*, *Helelo*, *Ambo* (cf. Mudiambo, 2014, p. 38). Todos estes grupos-étnico linguísticos são de origem Bantu.

Os grupos étnico-linguísticos mencionados têm uma língua que faz parte das línguas nacionais, caracterizados por um conjunto de valores, onde se reconhecem semelhanças entre os diferentes grupos, detectáveis na estrutura sociopolítica e na identificação de idiomas com a mesma origem (cf. Zau, 2009, p. 39). Mas o Português é a única língua oficial angolana.

O povo *Bakongo* encontra-se mais a norte, em Cabinda e no noroeste de Angola. Tal como os seus vizinhos, o povo *Kimbundu*, os *Bakongo* mantiveram contactos próximos com os europeus desde finais do século XV (cf. Wheeler e Péliissier, 2011, p. 32).

O povo ***Kimbundu*** está localizado na área de Luanda e no baixo vale do Kwanza. Há outros povos nas zonas fronteiriças que reflectem as influências *Kimbundu*. As principais tribos no grupo *Kimbundu* são: *Holo*, *Ndongo*, *Mbaka*, *Mbondu*, *Mbangala*, *Ngoya*, *Nkari*, *Ngola*, *Songo*, *Kisama*, *Ndembu*, *Kirima*, etc.

O povo ***Ovimbundu*** é o grupo cultural mais numeroso; reside nos planaltos centrais de Angola. A sua língua é falada no centro-sul de Angola.

O povo ***Cokwe*** vive no noroeste de Angola. Os ***Lunda-Cokwe*** viviam no Katanga, mas emigraram para o leste de Angola no início do século XVI: “Os Cokwes são mais numerosos do que os Lunda, mas as duas etnias estão unidas por laços históricos de aliança e matrimónio” (Wheeler e Pélissier, 2011, p. 35).

O povo ***Nganguela*** fica entre os Ovimbundu e os *Cokwe-Lunda* que dividiram algumas das terras nativas dos *Nganguelas*. O povo ***Nyaneka-Humbe*** vive na região de Humpata, na Huíla e no Cunene. São pastores, deixando para as mulheres as actividades agrícolas.

O povo ***Herero***, do sudoeste de Angola, dá grande valor ao gado para a economia e para o seu sistema cultural de valores.

O povo ***Ambo*** habita as planícies secas a leste de Cunene. O gado e agricultura constituem partes importantes da vida. Os *Kwanhamas* são os mais fortes e famosos membros do povo *Ambu* que resistiu à autoridade portuguesa durante mais tempo do que a maior parte dos vizinhos africanos (cf. Wheeler e Pélissier, 2011, p. 36).

Além destes grupos étnico-linguísticos, há outros minoritários, destacando-se entre eles: os *Mua-Kankalas* conhecidos por *Boschimanes* ou *Bosquímanes*, distribuídos em três grupos não bantu, o povo de língua *Khoisan*, *Bosquímanos*, *Cuissi* e o *Cuepo*. Estes povos encontram-se nas províncias da Huíla, Cunene e Cuandu-Cubango (*Kwandu-Kubangu*). A estes juntam-se os *Mucubais* ou *Hereros* que vivem na província da Huíla e os *Vátuas* no deserto de Namibe. Estes povos nómadas, os únicos em Angola, que rejeitaram as influências bantu e europeia (cf. Muaca, 2001, p. 23).

### 2.2.2. ABORDAGEM HISTÓRICA E GEOGRÁFICA DE MALANJE

A história diz-nos que os povos de Malanje e Lunda pertencem, na sua totalidade, aos dois grupos: *Kimbundu* e *Lunda-Cokwe*, prevalecendo os *Kimbundu* em Malanje e os *Cokwes* na Lunda. Continua a discussão relativamente à origem do povo *Kimbundu*, sendo muitos de parecer que ele pertencia ao reino do *Congo* do qual veio depois a separar-se para constituir novos reinos e grupos independentes. Há quem procure a sua origem nos povos que habitam além Cassai e que fundaram o reino do *Muatiânvua*.

Tiveram no passado algumas organizações políticas notáveis, distinguindo-se os reinos de Angola e da *Matamba* que nos séculos XVI e XVII fizeram uma tenaz resistência à ocupação portuguesa. A partir de 1843, Malanje entrou na história de Angola. A cidade começou numa fortaleza criada em 1857 e foi elevada a categoria de cidade em 1932, pelo decreto nº 213.

Na perspectiva de Santos (cf. 2005, pp.68-69 ), Malanje não é uma criação portuguesa, pois é verdadeiramente de origem africana, ao lado da qual se veio justapor a cidade europeia que devia a sua estrutura urbana original à cidade africana de Malanje desde meados do século XIX. É a partir deste momento que Malanje assumirá a forma de uma verdadeira província colonial.

Em 1876, Malanje era mais conhecida na Alemanha do que em Portugal, devido à expedição científica organizada pelos alemães. Santos (2005, p. 46) afirma que

“o suíço Heli Chatelain viveu sete meses em Malanje, aprendeu três mil palavras de *Kimbundu*, além do vocabulário noutros dialectos, e legou aos seus habitantes uma herança de grande valor científico e humano. Trata-se dos estudos linguísticos e etnográficos que ele realizou e colocou à disposição do mundo científico, nomeadamente o primeiro livro de gramática *Kimbundu* e os contos populares de Angola”.

Em 1890, Chatelain viaja para os Estados Unidos da América em companhia de Jeremias, jovem de Malanje, indispensável para a prossecução dos trabalhos em *Kimbundu*. Jeremias contribuiu para a ciência linguística de maneira notável; foi homenageado com uma estátua, que ainda hoje se pode admirar no Instituto Smithsonian, em Washington DC. Por esta razão, os negros denominaram-no “*Kamba dya Ngola*” (amigo de Angola). A sua

gramática teve um grande sucesso, contribuindo para que os portugueses, depois de quatro séculos de ocupação desta província, aprendessem a língua.

A província de Malanje faz fronteira com as províncias de Uíge, Kwanza-Norte, Kwanza-Sul, Bié e Lunda-Norte e com a República Democrática do Congo. Está subdividida em catorze municípios, alguns com o seu próprio dialecto da mesma língua, o *Kimbundu*. Estes municípios são: *Malanje, Cacuso, Kahombo, Kalandula, Kambundi Katembo, Kangandala, Kwaba-Nzogi, Kunda-Dya-Baze, Luquembo, Marimba, Massango, Kakulama, Kela e Kirima*.

O povo *Kimbundu* ocupa uma extensa região de Angola, limitada ao norte pelo rio Dande, que o separa do *Kikongo*; a leste, pelo rio Cuango, mas de mistura, a norte e leste, com fortes infiltrações de *Kikongo* e *Lundas-Cokwes*; ao sul, com os rios *Longa* e *Nhia*; a oeste, com o Oceano Atlântico. Segundo Gabriel (1982, p. 28), “é a tribo mais numerosa de Angola depois dos *Ovimbundu*”.

O *Kimbundu* tem algumas variantes dialectais, sobretudo no sul do *Kwanza, Kisama, Libolo* e *Kibala*.

Encontramos também os subgrupos *Ngolas* e *Jingas*.

Os *Ngolas* são os povos de Angola, mais integrados na civilização ocidental, que desde há mais de quatro séculos têm estado em contacto com os portugueses.

Segundo Gabriel (1982, p. 29),

“os *Ngolas* terão tido a sua origem em grupos emigrados da *Katanga* Ocidental, nos princípios do século XVI, sob o comando dum chefe designado *Ngola Kiluanji Kya Samba*”.

Ocupam o território, desde o litoral, entre os rios Dante e Kwanza, até à região de Malanje. No Kwanza-Norte e em Malanje formam o chamado povo *Ambaquistas*, que não é um grupo étnico, mas antes um agrupamento de povos diversos que assimilaram, nos séculos XVII e XVIII, vários usos e costumes dos europeus. Na província ocupam o município de Cacuso, a parte sul de *Kalandula*, o município de Malanje e os respectivos arredores.

Os *Jingas*, inicialmente, formaram um só reino e um só povo com os *Ngolas*, mas passaram depois a um governo independente, embora com fortes ligações entre si. A *Jinga*,

conhecida pelo nome de reino da *Matamba*, abrangia o território do leste dos rios *Lucala* e *N'gola Luije*, para lá do rio *Cambu*, aproximando-se ao norte dos rios *Kuale* e *Cugo*. Para oeste, abrangia uma parte do *Kwanza Norte*.

Tornou-se célebre o reino da *Matamba* com a Rainha *Njinga*. Depois da sua morte, a *Jinga*, entre os rios *Cambu* e *Uamba*, fechou-se à civilização ocidental e ao cristianismo. Os *Jingas* mantêm a tradição de bons músicos, sendo hábeis tocadores de marimbas.

Os *Bângalas* constituem um subgrupo, cuja origem é muito discutida. Há quem os inclua nos *Kimbundu*, cuja língua falam, embora com muitas variantes, devido à influência que sobre eles exerceram os vizinhos, sobretudo os *Lundas* e *Cokwes*. Outros consideram os *Bângalas* o resultado das primeiras cisões dos *Lundas* de *Muatiânvua*.

Um grupo de descontentes, chefiado por *Quinguri*, atravessou o *Kassai*, dirigiu-se para o sudoeste; demoraram muito tempo no *Libolo*, onde contraíram alianças e foram influenciados pelos usos e costumes deste povo. Os *Bângalas* penetraram no planalto de *Malanje*, viveram algum tempo entre os *Bondos*, até que desceram à Baixa de *Kassanje* e ocuparam o território entre os rios *Lwi* e *Kuango*, donde expulsaram os *Peindes* que ali viviam (cf. Gabriel, 1982, p. 31).

Os *Bângalas* tornaram-se hábeis mercadores; não permitiam que os outros entrassem nas suas terras para negociar e assaltavam com frequência as caravanas que por ali se aventuravam.

Os *Mahungos* que ocupam um território mais vasto que se estende para *Negage*, na província do Uíge, e de *Kikulungo* e *Kwíje*, no *Kwanza-Norte*, vivem ao norte da província de *Malanje*, nas proximidades dos rios *Cuale* e *Cugo*. Pertencem ao grupo *Kikongo* e são aparentados com os *Maiacas*, das margens do *Kuango* e do *Kuilo-Pombo*. Falam a língua *Sosso*, que se assemelha mais ao *Kikongo* do que ao *Kimbundu* (cf. Gabriel, 1982, p.31).

Os *Holos* são de origem *Akwakimbundu* e daí a sua língua ser um *Kimbundu* mais ou menos genuíno. Vivem do lado esquerdo do *Kuango*, embora alguns dos seus grupos se encontrem fixados na margem oposta. Os *Bondos*, de entre *Katala* e *Kela*, sofreram a influência dos povos com os quais têm estado mais em contacto. São oriundos do litoral e do dialecto *Kimbundu* (cf. Gabriel, 1982).

Santos (cf. 2005, p. 41) afirma que Malanje era uma sanzala nas margens do rio que lhe deu o nome onde se vêm estabelecer os primeiros portugueses.

O povo *Kimbundu* conservou a sua cultura e a língua. Neste contexto, Malanje desenvolveu-se através de meios sociais e de convergências culturais e políticas.

A integração com os outros povos etnolinguísticos angolanos, tais como os *Lunda-Cokwes*, *Ovimbundu* e *Bacongo*, ocorreu durante a época colonial e durante a guerra sangrenta em que muita gente da parte sul foi transportada para a província de Malanje. Neste período dá-se uma grande mistura de toda a população angolana que se dirigia para as zonas não identificadas, tendo como consequência muitas interferências entre as várias línguas angolanas.

Atendendo-nos no processo de imigração ou migração dos povos, causado pelo conflito político-militar angolano, acreditamos, embora careça de estudos aprofundados, que estes povos se encontrem também na província de Malanje, uma vez que muitos nomes antroponímicos não reflectem unicamente a língua *Kimbundu*; por exemplo: *Kwepelelo*; na língua *Kimbundu*, *Lelo* significa hoje; mas não se sabe o que significa *Kwepe* na língua dos outros grupos étnicos.

Assim, Malanje é uma província multicultural, pois encontramos grupos étnicos *Akwa Kimbundu*, *Bacongo*, *Cokwe* e *Ovimbundu*.

O *Kimbundu*, em Malanje, é uma língua de comunicação e de transmissão da cultura, através de provérbios, advinhas, contos, fábulas, lendas que têm um carácter educacional. Segundo Ducrot (2009, p. 20) alguns provérbios em *Kimbundu* elucidam a obediência e a desobediência; *Kulaya kwa mbambi, kulanga ijila* (sobrevivência da corça: respeitar as leis); “*Wandala o kukuka, kutukê dikungu*” (Se esperas envelhecer, não saltes o buraco).

### 2.2.3. SITUAÇÃO LINGUÍSTICA DE MALANJE

A população de Malanje tem o *Kimbundu* como a língua nativa. Os resultados preliminares do Censo 2014 indicam que a província de Malanje tem 968.135 habitantes. Partindo destes dados podemos afirmar que a língua *Kimbundu* e as suas variantes, em Malanje, são faladas por uma população avaliada em 968.135 habitantes.



Na perspectiva de Zau (cf. 2002, p. 61), o grupo *Akwa Kimbundu* tem o *Kimbundu* como língua materna; é um grupo étnico que teve um contacto intenso, com os europeus. No século XVII, foi a primeira nação africana a ser sujeita a uma nação europeia, facto que levou este grupo a ser o mais aculturado de todos os grupos etnolinguísticos angolanos.

Malanje é um território com uma grande diversidade linguística e étnica. Encontramos a língua *Kimbundu* e as seguintes variantes: *Songo, Holo, Ndongo, Ngoya, Nkari, Ngola, Kisama, Minungu, Ndembu, Mbundu, Mbaka, Maholu, Mbangala, Kirima*, etc.

As principais línguas com que o *Kimbundu* confina são: *Kikongo* ao Norte, falado nas províncias do Uíge e Zaire, a língua *Cokwe* nas províncias da Lunda Norte, Lunda Sul e Moxico, o *Umbundu* ao Sul, falado nas províncias de Benguela, *Kwanza* Sul, Huambo e Bié.

A integração com os outros povos etnolinguísticos ocorreu durante a colonização, sobretudo após a independência, período em que as línguas locais adquiriram o estatuto de línguas nacionais, coexistindo com a Língua Portuguesa como veículo de comunicação (cf. Mudiambo, 2014, p. 53).

De acordo com Chicuna (cf. 2003, p. 47), o encontro de línguas e culturas diferentes cria interferência na comunicação que ocorre quando há convivência entre dois povos cujos sistemas de comunicação são diferentes.

Por um lado, a evolução da realidade cultural faz com que incorporem novas formas de representação linguística desta mesma realidade. Por outro lado, reconhecemos o contributo de grupos de falantes da Língua Portuguesa.

Costa (2006, p. 65) afirma que:

“Se nos contactos inter-idiomáticos os empréstimos lexicais traduzem o tipo de interferências que menos violam a língua portuguesa, enriquecendo-a, o mesmo não se diz das interferências gramaticais que provocam rupturas, profundas, na estrutura interna, que caracteriza o referido sistema linguístico”.

Embora haja um esforço de Governo de Angola, em parceria com o Instituto de Línguas Nacionais no sentido de promover, preservar e implementar as línguas nacionais no ensino, ainda é um desafio a ser alcançado. Por exemplo, nas escolas estatais o ensino das

línguas continua a ser protelado, isto é, passa-se a ideia de que as línguas nacionais são apenas instrumentos da tradição oral.

Embora o Instituto de Línguas Nacionais tenha apresentado um alfabeto fonético das línguas bantu, afirma Neto (2009, p. 22), tem-se verificado uma certa disparidade na escrita dessas mesmas línguas por parte de alguns autores. Ex: *Luanda, Lwanda, Loanda; Massoxi, Masoxi; Kalunga, Calunga; Kakulama, Kaculama; Kela, Quela; Kwanza-Norte, Cuanza-Norte*; um mesmo topónimo ou antropónimo aparece grafado de duas ou mais formas diferentes.

Propomos que o Instituto de Línguas Nacionais uniformize as regras relativas à grafia a fim de evitar que alguns autores apresentem trabalhos que motivem metodologias diferentes.

O grande perigo que espreita a cultura é o risco do monolinguismo. Se os padrões que uniformizaram o Ocidente, se impõem tanto na Ásia como na África, então é necessário que defendamos a continuidade benéfica da diversidade linguística que constitui uma grande riqueza. Pelas mesmas razões, é preciso descobrir e salvar os valores das culturas tradicionais assim como dos seus antropónimos.

Apelamos sobretudo aos funcionários dos registos civis, conservatórias, serviços de identificação e das administrações públicas que tenham rigor na grafia dos antropónimos, sobretudo os da língua *Kimbundu* ou de outras línguas nacionais. Tal como afirma Pessoa (1997, p. 58) que:

“Numa língua o que é preciso, para ser compreendido quando se fala, é, pronunciar bem; o que é preciso, para se ser compreendido quando se escreve, é grafar bem. São fenómenos distintos, pois que um é auditivo e o outro visual”.

Para que isso aconteça, é necessário que as culturas efectuem entre si um intenso diálogo. Por isso, é importante o desenvolvimento do estudo das línguas, das suas tradições e valores.

Este diálogo que respeita as regras de escrita tanto do *Kimbundu* como do Português é um caminho para harmonizar a grafia dos antropónimos da língua *Kimbundu* em Malanje.

Assim, devemos respeitar as regras gramaticais de todas as línguas, tal como afirma Coste (1976, p. 162) “a cultura é uma herança que deve dar frutos”. Esses frutos manifestam-se por intermédio da língua entendida como reflexo da vida de um povo, sobretudo ao fazer progredir a cultura, as letras e as artes. Todas estas componentes da cultura enriquecem uma língua.

### 3. METODOLOGIA DO TRABALHO

#### 3.1. CONSTITUIÇÃO DO CORPUS

A descrição da antroponímia da Língua *Kimbundu* de Malanje é efectuada a partir de conjuntos de materiais etnográficos, recolhidos nos cartórios de Malanje e junto de algumas pessoas do município sede de Malanje.

Tivemos em conta a Lei N.º10 de 19 de Outubro de 1985 sobre atribuição de nomes e o parecer dos mais velhos, pelo facto de serem os conservadores da cultura tradicional oral. Só eles nos dão acesso aos significados e à origem dos antropónimos. Todos esses dados constituem o nosso corpus de análise. Por esta razão, usamos o método qualitativo de pesquisa.

O estudo dos nomes das pessoas informa-nos sobre uma grande parte dos aspectos da vida de um povo. Os nomes antroponímicos da Língua *Kimbundu* fundamentam-se nas vicissitudes vividas pelo povo e nos diferentes comportamentos. Segundo Eduardo André Muaca (1999, p. 14) “o nome é importante, é como que o primeiro rosto de uma pessoa”.

O antropólogo Chimbinda (cf. 2009, p. 89) entende o antropónimo como um acto de pensar os outros, remetendo-nos para as árvores genealógicas. O ponto de partida é a origem da vida. Esta transmissão da vida é feita em linha vertical directa. Em qualquer momento posso perguntar-me: “donde venho?” A resposta vem dos meus bisavós. Este é o processo de pensar e olhar sobre o passado da sucessão biológica.

Assim, o Artigo 1.º da Lei n.º10/77, de 9 de Abril, na a linha 5, diz o seguinte:

*os apelidos são obrigatórios e serão escolhidos entre os pertencentes às famílias paterna, materna ou ambas dos progenitores do registando. No caso dos progenitores do registando não terem apelido será este escolhido pelo declarante, de preferência de acordo com o funcionário perante quem for prestada a declaração.*

A lei vem sublinhar a sacralidade do antropónimo do povo *Kimbundu*, parte integrante da sua cultura. O nome e a pessoa formam uma só entidade. Por isso, quando alguém insulta outra pessoa, esta fica zangada porque pronunciar um nome seguido de um insulto é tocar inapropriadamente na intimidade, no âmago sagrado de um indivíduo (cf. Chimbinda, 2009, p. 101).

Existem alguns critérios na atribuição de nomes antroponímicos, obedecendo à linhagem vertical directa que compreende as gerações do pai e da mãe. Esta é uma das formas de fazer reemergir os nomes de família. Em geral, diz Chimbinda (2009, p. 91), o nome do pai ou da mãe não se dá aos seus próprios filhos; dá-se o nome do avô. Em Português o apelido dá-se continuamente de pais para filhos.

O antropónimo é um dos meios de identificar os indivíduos. Porém, os critérios para a sua atribuição varia de cultura para cultura. Cada etnia tem o seu próprio sistema.

Os portugueses, em Angola, tentaram erradicar as línguas locais e tudo aquilo que invocasse tal valor. Esta involuntária mudança causou um declínio de um dos mais fundamentais elementos da identidade *Kimbundu* que é a Antroponímia.

Durante as pesquisas aos registos antigos no cartório da Sé Catedral da Igreja Católica de Malanje, encontramos uma quantidade de pessoas que se chamavam *Kituxi, Vunje, Kitumba, Hebo, Masoxi, Malamba, Ndala, Njinga, Kijila, Nzanje, Lemba, Bumba, Nhangá, Kamoxi, Muhongo, Ngola*, etc.

Hoje, estes nomes em *Kimbundu* enraizados na cultura e na história deste povo estão a desaparecer. O Padre Bernard Ducrot registou, em Maio de 2009, nomes que resultaram da fusão dos nomes dos cônjuges tais como *Advênio, Analide, Ananides, Arilson, Celma, Lovânia, Classovânia, Domildes, Edney, Eurity, Jenildina, Estradimania*, etc. Segundo o sacerdote Católico, não se sabe de onde provêm, o que complica a forma de escrevê-los, pois não se identificam com língua nenhuma. Muitos outros nomes próprios de origem estrangeira estão aparecer como *Anderson, Kelly, Wilson, Yuri, Adalgisa, Adelaide, Adolfo, Alcides, Alexandre, Alice, Ambrósio, Amélia, Américo, Ana, Etelvina, Jaquelina, Sandra*, etc.

Cada pessoa pode escolher os nomes que quer para os seus filhos. A verdade é que ao optarem pelos nomes estrangeiros ou pela fusão que resulta dos nomes dos cônjuges, ajudam a fazer desaparecer os nomes *Kimbundu*.

Diziam os mais velhos: “*O mona kamuvwala luwa, kamuluka dijina*” (à criança que ainda não nasceu não é atribuído nome). De facto, alguns dias depois do nascimento duma criança, era costume os mais velhos da família reunirem-se para escolher o seu nome. Este nome tinha em conta as circunstâncias do nascimento e ligava a criança à sua linhagem.

Assim, o antropónimo pode resultar das circunstâncias do momento da gestação. A expressão *Eme Ngi Munthu*, que significa eu sou pessoa, leva-nos à meditação de dados tradicionais, culturais com influências até aos nossos dias. Para tal, devemos reflectir sobre a tradição, apoiando-nos na literatura oral e na cultura do povo *Kimbundu*.

O provérbio *Kimbundu* “*phutu ya dywabela, kimbundu mulumba*” (Pe. Inácio Gonçalves, 30/12/2014, 14 h 30, Malanje) é hermético e significa “estruturado num castelo fechado a sete chaves”; não é qualquer pessoa que consegue descodificar a sua significação. *Phutu ya diwabela* tem a ver com a intervenção humanística, sem influência de Evangelho.

Toda a língua é boa na medida em que a língua é entendida como uma entidade e como tal deve ser respeitada.

A maioria dos antropónimos em *Kimbundu* tem origem nos substantivos comuns. O nome Alberto *Mbaxe* significa cágado. Um cágado por si só não é capaz de subir a um tronco e ficar no topo. Se um cágado for encontrado no topo de um tronco, isto significa que alguém o colocou lá. Assim, como o cágado é naturalmente incapaz de subir um tronco (trono), da mesma maneira repugna ao bom senso um indivíduo auto proclamar-se de chefe (soba) de uma comunidade sem ter sido escolhido pelo povo. O poder e a legitimidade de governar uma comunidade vêm desse mesmo povo (cf. Chimbinda, 2009, p. 75).

Os antropónimos também provêm de verbos. O nome Jorge *Kubatula* significa podar ou cortar. Onde um machado corta ou poda, mais tarde nascem rebentos.

O nome Teresa *Yetu*, este último elemento é um pronome possessivo que significa nosso. Este pronome “nosso” possui uma significação particular que indica que há sempre uma parte que não nos pertence verdadeiramente. A expressão “*Mu kyetyu mwala ni kya ngene*” (Ducrot, 2009, p. 58) significa: o que é nosso, é da sociedade; mas quando alguém apenas usa “nosso”, a sua verdadeira posse pode ser posta em causa. O pronome “nosso” não designa uma posse real, nem total, porque as pessoas só se preocupam com as suas próprias coisas que em *Kimbundu* é traduzido através da expressão “*kahombo ka kisangela, kafila bu mukolo*”, isto é a verdadeira posse é representada pelo pronome “meu”.

Segundo Ducrot (cf. 2009, p. 27), os pronomes possessivos colocam-se depois dos nomes a que se referem e concordam com eles pelo prefixo concordante; por exemplo com os nomes *Tata* (pai) e *Mama* (mãe) usa-se o pronome possessivo no plural: *Tat'etu* (meu ou nosso pai); *Mam'enu* (tua ou vossa mãe).

### 3.2. CIRCUNSTÂNCIAS EM QUE SÃO ATRIBUÍDOS OS NOMES

Segundo Vasconcellos (1928, p. 245), “os povos selvagens denominam seus filhos, segundo circunstâncias que acompanham o nascimento; se na ocasião d’este se vê um animal, se se observa um fenómeno da Natureza, ou se se dá certo acontecimento, escolhem o nome do acontecimento, do fenómeno, do animal: aqui o zoologico é apenas fortuito”.

Inspirar-se na natureza para criar nomes antroponímicos, não é um comportamento exclusivo dos “ditos povos selvagens”. O próprio Vasconcellos enumera vários nomes antroponímicos portugueses que vêm da natureza. Do animal coelho, surgiu em português o apelido Coelho (Vasconcellos, 1928, p. 221): “As comparações e ápodos tirados da fauna mostram quantas relações se estabelecem entre o homem e o animal, e como aquele encontra nestes qualidades físicas e morais, que julga parecidas com as suas próprias” (Vasconcellos, 1928, p. 204).

Inspirados na mesma fauna, o povo *Kimbundu* tem o nome próprio de Dibulo que significa Coelho. Quer sejam os *Akwa Kimbundu*, quer sejam os Portugueses tiveram razões culturais que justificaram o aparecimento deste antroponímico.

Em Português, a lebre é símbolo de uma pessoa tímida (cf. Vasconcellos, 1928, p. 207). Mas em *Kimbundu* “*dibulo*” é símbolo de astúcia, sadismo e esperteza para enganar os outros, mas sorrindo.

Antropologicamente, o facto do coelho ter sido uma fonte que inspirou dois povos diferentes, só prova que afinal o ser humano tira lições do cosmos que o rodeia. Por isso, cada sociedade cria e tem os seus símbolos aos quais atribui significados específicos. Por representarem significados da vida, os símbolos são valores culturais que falam de um povo e que só são perceptíveis dentro de um contexto social (cf. Chimbinda, 2009, p. 148).

Há circunstâncias insólitas de nascimento que levam as pessoas a ter novas inspirações sobre a vida. O resultado desta reflexão é formulado numa expressão de sabedoria: “retira-se um nome novo a ser dado a uma criança e a todas as outras que nascerão em circunstâncias semelhantes”. Cada criança é única com as suas circunstâncias de nascimento. Por isso, vai ter um nome em *Kimbundu* que a define e a coloca na história particular da sua vida, dentro do conjunto familiar; por exemplo *Madiwanu* (maravilha), *Mulundu* (montanha), *Masoxi* (lágrimas), *Weza* (veio), *Maujitu* (oferta), *Maka* (problema), *Amuzembe* (odiado), Paulo *Inglês*, Domingas *ya Guilherme*, António *da Paixão*, etc.

Apresentamos, aqui, alguns excertos de conversas tidas com vários informantes de Malanje a propósito dos seus nomes:

*“O meu nome é Paulo Inglês Francisco Kitaxe.*

*O meu xará era um caçador de nacionalidade inglesa e que vivia no Kinglês. Por isso, os meu pais me chamavam Inglês (Paulo Inglês, Agosto, 2014).*

*O meu nome é António da Paixão por ter nascido durante a paixão de Jesus na Sexta-feira Santa (António Paixão, Setembro, 2014).*

*O meu nome é Domingas ya Guilherme porque nasci numa aldeia chamada Kinguila Guilherme (Domingas Guilherme, Agosto, 2014)”.*

No contexto da cultura *kimbundu*, quando ocorre infertilidade num casal, geralmente o processo de cura é feito pelas tias do rapaz. Há também casos em que a mãe, em gestação, está sempre doente. Tais mulheres, submetem-se a tratamentos com remédios. Se a mulher infértil ficar grávida, a criança que nascer neste contexto, vai ter o nome de *Milongu* que significa remédio: “graças ao remédio tenho este filho”.

Quando a gestação se prolonga para além dos normais nove meses, esta gestação é considerada especial. As crianças que nascerem em tais circunstâncias recebem o nome de *Muhongo*, se forem rapaz, e *Hebo*, se forem meninas. Durante esta longa gravidez, a mãe, normalmente é submetida a tratamentos tradicionais para assegurar a boa saúde dos dois: mãe e criança. Se um parto se processa com problemas, o nome da criança reflectirá esta angústia: *Kidiwanu* que significa Milagre, Mistério, Maravilha; o seu nascimento foi muito misterioso.

Quando o nascimento de um bebé ocorre após a morte de alguém na família, por exemplo, uma criança que nasce depois do seu irmão ter morrido, por causa da sombra de



tristeza deixada, recebe um nome semanticamente indigno de um ser humano; são nomes que significam desprezo e vergonha. *Buba* significa tapar, fechar; *Feta* significa seja feita a vontade divina; *Masoxi* significa lágrimas. Estes são nomes dados às crianças, cujas mães davam à luz crianças que morriam sempre.

De acordo com Chimbinda (2009, p. 113), “as razões de se lhe dar um nome repugnante são duas. A primeira, tem a ver com a razão fonético-semântica. A criança ao trazer um nome feio, os espíritos maus quando chegarem perto dela, vão desistir de a levar, porque se ela tem um nome indecente, é sinal de que também a mesma criança pouco valor tem”. Geralmente a estas crianças dão-se necrónimos<sup>18</sup>.

Por exemplo o nome de *Dihoho*, um gafanhoto ou *Kalunga* significa a morte, azar, imensidão das águas oceânicas. A morte vem de noite. A segunda razão tem a ver com o nome e morte. Se uma criança, ao ser nomeada, morre em tenra idade diz-se que tal nome traz má sorte para os vivos. Por prudência, os pais decidem não nomear o filho, seguindo a linha genealógica. Deste jeito, tais crianças ficam como que seres anónimos (Lévi-Strauss, 1968, p. 192).

Por razões culturais, são atribuídos nomes feios ou repugnantes a tais crianças; esses nomes protegem a criança da morte.

Os fundamentos etnográficos de atribuição de nomes ligados à morte, segundo Chimbinda (2009, p. 114) têm a justificação seguinte: “os mortos passam o tempo a puxar os vivos deste mundo para o outro. Mas eles levam pessoas com nomes valorosos”. Assim, *Wazeka* é um nome feio porque significa dormir e, segundo a cultura *kimbundu*, o sono é mensageiro da morte e, por isso, este nome poupa a criança da morte.

O conceito de morte está na origem de uma variedade de metáforas consignadas em antropónimos e tem sido uma constante fonte de criação de nomes.

Os seres humanos são levados a pensar sobre o sentido da vida; essas reflexões, cujas formulações estão também seladas nos nomes, contribuem para o crescimento da antroponímia *kimbundu*.

Quando numa comunidade acontece algo que afecta as crianças nascidas em ocasiões de morte, são atribuídos a essas crianças nomes que vão invocar tais momentos. Em tempo de

---

<sup>18</sup> Necronímia é um nome que invoca a morte (Lévi-Strauss, 1968, p. 192).

conflito, muitas crianças recebem nomes como *Matenda* que significa explosivos, canhões; *Uta* significa arma; *Malamba* significa sofrimento; *Ngangi* significa coragem. Esses nomes próprios muitas vezes descrevem os dias vividos durante os conflitos, guardando, nas mentes humanas, factos de um passado comum.

Os antropónimos com origem em circunstâncias são preservados pela tradição oral e escrita, completando a tarefa de conservar as memórias do passado de um povo. A tradição oral e escrita têm de ser mantidas e preservadas: “Os nomes informam páginas da História veiculadas oralmente e completam as que foram transmitidas por escrito. Um nome é um arquivo ambulatório dos acontecimentos históricos e memórias que ocorreram no passado. Estas memórias unem pessoas numa identidade comum” (Chimbinda, 2009, p. 120).

Por causa da imprevisibilidade das circunstâncias, o emergir de nomes antroponímicos não tem fim. Um nome cria uma individualidade e informa uma identidade.

Os antropónimos na identidade portuguesa têm origem nas expressões linguísticas que se referem a coisas, fenómenos naturais, tempo, geografia, aspectos físicos e morais dos indivíduos, circunstâncias, religião, magia e estatuto social (Vasconcellos, 1928, p. 23). O mesmo fenómeno ocorre também na língua *Kimbundu*.

### **3.3. A LEI ANGOLANA SOBRE OS NOMES**

A Lei Nº10/85 de 19 de Outubro, publicada no Diário da Republica altera a Lei Nº10/77 de 9 de Abril, e passa a ter a seguinte redacção:

*“1. O nome completo compor-se-á, no máximo de cinco vocábulos gramaticais simples, dois dos quais só podem corresponder ao nome próprio e os restantes ao apelido.*

*2. Em casos devidamente justificados, atendendo à composição dos apelidos dos progenitores, o número máximo de vocábulos poderá ser elevado a seis, mantendo-se contudo o limite de dois para o nome próprio.*

*3. Os nomes próprios, ou pelo menos um deles, será em língua nacional ou em língua portuguesa.*

*4. Os nomes próprios em outras línguas serão admitidos na sua forma originária ou adaptada.*

*5. Os apelidos são obrigatórios e serão escolhidos entre os pertencentes às famílias paterna, materna ou ambas dos progenitores do registando. No caso dos progenitores do registando não terem apelido será este escolhido pelo declarante, de preferência de acordo com o funcionário perante quem for prestada a declaração”.*

De acordo com esta lei, todos os nomes com um significado depreciativo deverão ser recusados no acto de registo. O nome próprio e apelidos presentes no artigo 1, 1. da presente lei soam como uma herança vinda da cultura portuguesa. Tais conceitos são difíceis de serem traduzidos para línguas locais.

Entretanto, convém recordar que antes da lei dos nomes ser promulgada, cada grupo étnico dava nomes às crianças.

A lei sobre os nomes diz, no seu Artigo 1,5, que *os apelidos são obrigatórios e serão escolhidos entre os pertencentes às famílias paterna, materna ou ambas dos progenitores*. Segundo a lei, os apelidos que pertencem às famílias paterna e materna são passíveis de serem dados a uma criança. Neste caso a lei fica salvaguardada e a expressão cultural local sobrevive. Os nomes são dados de acordo com as vicissitudes passadas pelas famílias e também para preservar a linhagem da família.

O artigo 2º da mesma lei, diz que *os funcionários das conservatórias só rejeitarão nomes que forem inadequados à luz da dignidade e seriedade humanas*.

À luz do Artigo 2º da lei sobre os nomes, não se percebe como é que, actualmente alguns pais ao querer dar aos seus filhos nomes segundo a cultura e línguas locais, ainda possam encontrar impedimentos injustificados e paralelos à lei. A imposição de uma estranha modalidade de atribuir nomes não está prevista pela lei, por isso é ilegal.

A guerra contra as línguas e nomes locais que ocorreu no período colonial, provocou, no povo *Kimbundu*, vergonha de falar esta língua, fazendo desaparecer os antropónimos autóctones. Tudo isto tem a ver com a política de assimilação que implementou desprezo nos pilares da identidade de um povo. Os efeitos do desprezo das línguas e dos nomes locais

persistem até hoje. Os jovens actuais pensam que a língua *Kimbundu* e seus correspondentes nomes são valores antiquados e ultrapassados.

Enfim, cada um pode escolher para os seus filhos os nomes que quer; mas não diga que ter um nome em *Kimbundu* significa estar fora dos padrões da identidade moderna. Hoje, mal os pais programam ter filho, imediatamente já é nomeado. Os *Kimbundu* atribuem o nome alguns dias depois do nascimento duma criança.

Deste modo, respondemos à questão de partida: Quais os princípios culturais que orientam a atribuição de um nome próprio no povo *Kimbundu*?

Considerando o princípio de que os nomes antroponímicos não se traduzem, esta lei, no seu ponto nº 4 viola a regra, uma vez que admite adaptação do nome. O nome é dado conforme as exigências culturais e linguísticas de cada povo e qualquer povo ou cultura deverá obedecer, sem que para tal haja adaptação ao léxico de outra língua, porque a língua é identidade de um povo, de uma cultura.

Os *antropónimos* (nomes de pessoas) são frutos de uma escolha feita de acordo com os seus valores e a sua mundividência.

### **3.4. NOME E APELIDO NA CULTURA KIMBUNDU EM MALANJE**

O conceito de apelido foi introduzido no nome das crianças *Kimbundu* pelos portugueses durante o período de colonização. Paralelo ao conceito de apelido está o de patronímico e de sobrenome. Na cultura portuguesa o elemento “patronímico representa um genitivo derivado do nome do pai, o qual na idade média indicava a filiação” (Vasconcellos, 1928, p. 11).

“Sobrenome” é um patronímico, nome de pessoas, expressão religiosa ou outra, que se junta imediatamente ao individual, com o qual como que forma corpo” (Vasconcellos, 1928, p. 11).

“Apelido é designação da família, transmitida ordinariamente de geração em geração” (Vasconcellos, 1928, p. 11).

Ainda segundo o mesmo autor, “A diferença fundamental entre sobrenome e apelido, na nomenclatura actual, e mais corrente, está em que aquele é individual, ou apenas comum a vários irmãos, embora às vezes transmissível a filhos, e apelido é genealógica, isto é, comum na essência à família toda” (Vasconcellos, 1928, p. 12). Hoje, o uso de apelidos faz parte da tradição de muitas famílias angolanas.

Convém sublinharmos que mesmo na cultura portuguesa, a semelhança de apelidos não é uma garantia da existência de laço familiar entre as pessoas que o usam. Segundo Vasconcellos (1928, p. 334) “havendo, como há, tantos indivíduos que usam um mesmo apelido, ocorre naturalmente ao leitor perguntar se todos eles provêm da estirpe comum. (...) posto que da vulgaridade de um apelido não possamos inferir logicamente relações de família (...) eles às vezes existem realmente”.

Cada criança nasce em circunstâncias a partir das quais lhe atribuem um nome que define o momento do seu nascimento. Por exemplo, se uma criança por nascer no tempo da colheita de milho recebe o nome de *Kadisa*, a outra que nasce no tempo das chuvas será chamada *Nvula*. Circunstâncias diferentes, nomes diferentes.

O nome imprime a identidade singular de alguém. A partir do momento em que se começa a usar o apelido também se corta com os nomes das gerações anteriores.

Segundo Chimbinda (2009, p. 122), o apelido na cultura portuguesa, por ser um elemento fixo, reduz o leque de nomes dos antepassados que deviam ser transmitidos às gerações futuras. Para o antropólogo, cada filho da primeira geração tem o seu próprio nome, que é diferente dos demais irmãos e dos pais. A segunda geração, por ter começado a usar o estilo português, passou a repetir o mesmo nome em todas as gerações posteriores, o que fez com que se cortasse com a possibilidade de se procurar os nomes das gerações anteriores; com muito mais dificuldade saberão o nome dos pais que deram origem a primeira geração.

Na cultura dos *Akwa Kimbundu* cortar os seus nomes, no meio dos vivos, significa suspender-se da memória dos antepassados. Este corte manifesta-se numa perda linguístico-cultural. Para o grupo étnico-linguístico *Kimbundu*, atribuir ou não atribuir os nossos próprios nomes aos nossos filhos, corta com a árvore genealógica da família e com a possibilidade de conhecer os nossos antepassados.

O único apelido para todos os irmãos, os sobrinhos e primos contribuiu para não se diferenciar cada um destes elementos da família. Para além de apagar o espaço de

circunstâncias imprevisíveis, atrofia a onomástica de frases sapienciais implícitas nos provérbios *Kimbundu*.

Noutras culturas, a massificação de um mesmo nome para todos os membros de uma família representa um valor. Em *Kimbundu* este processo é contra os valores culturais tradicionais. Em *Kimbundu* o nome sublinha uma individualidade dentro da colectividade (cf. Chimbinda, 2009, p. 123).

O uso de apelidos ao estilo português não garante a precisão de filiação de um indivíduo. Repetir o último nome dos pais no nome do filho é uma autêntica ambiguidade.

Para os *Akwa Kimbundu* não é necessário que os irmãos tenham o mesmo último nome para provar a autenticidade de herdeiros. Cada sistema de dar nomes tem seus propósitos culturais. O nome na língua *Kimbundu* de Malanje é multifacetado, na medida em que cada criança pode ter o seu próprio nome ou apelido, distinto do dos outros irmãos.

Antropologicamente, assim como não há nenhuma cultura superior a outra, também não há no mundo um critério único ou superior para dar nomes. Cada cultura tem a sua maneira de atribuir nomes antroponímicos que deve estar confinada ao seu contexto geográfico-cultural.

Não devemos ficar a observar impavidamente a língua local a ser corroída por forças estranhas; não tomar nenhuma posição pela sua defesa soa a uma resignação exterminadora: “A ocidentalização é uma força, mas nem tudo é ocidentalizável. Por isso não se pode sustentar uma via que transpire resignação” (Chimbinda, 2009, p. 126).

Basta ver que já se tornou um dado quase adquirido de que cada criança tem de ter, no seu nome completo, pelo menos um nome em língua portuguesa. O que antes começou como imposição de fora, hoje já faz parte da cultura. O ceder, diz Chimbinda, se não tiver limites, vai aos poucos destruindo o rosto cultural local.

Repetidas vezes falamos que o último nome, na cultura *Kimbundu*, apelido na língua portuguesa, é uma característica individual e não colectiva.

### 3.5. NOME E APELIDO NO REGISTO EM MALANJE

O nome, segundo a tradição da família *Kimbundu*, dá-se de acordo com as circunstâncias do momento da gestação e do nascimento. A genealogia é matriarcal e os nomes são perpetuados através dos xarás. Na compreensão dos sábios do velho Egipto: “O homem é corpo, alma e nome. Nas Escrituras o nome não é uma designação arbitrária, ele representa a realidade profunda da pessoa” (Belo, 1997, p. 7). A Igreja Católica, por decisão em Concílio, desobrigou o baptismo com o nome de santo ou mártir. A partir do final do século passado, algumas famílias adoptaram a prática ocidental de apelido.

Segundo Chimbinda (2009, p. 136) “A mudança de linguagem implica a mudança de costumes”. Para muitos agentes do registo, o importante é usar um dos elementos tirados do nome completo dos pais e colocá-lo no do filho. Não interessa se o tal nome é tirado do princípio, meio ou fim ou ainda de que língua. Nem sempre há homogeneidade sobre o lugar dos apelidos.

A função primária do uso do apelido de uma pessoa na sociedade portuguesa é de identificar a família nuclear e a genealogia rectilínea de cada indivíduo. Os apelidos, segundo Chimbinda (2009, p. 146), “ficaram a serem instrumentos úteis para controlar a população e para definir os herdeiros legítimos de bens, ou seja, é um sistema que se tornou servo dos interesses sócio-político-administrativos”.

Na antroponímia portuguesa, ter o mesmo apelido também não é uma prova última de pertença à família. O que implica um apuramento da consanguinidade, no sistema cultural portuguesa, segundo outros critérios.

Nota-se uma flexibilidade na escolha e o uso de apelidos na sociedade portuguesa. Segundo Vasconcellos (1928, p. 326), “no uso geral não faltam exemplos de adopção de apelidos provindos exclusivamente de avós e outros parentes, bem como não faltam hoje exemplos de passarem para mulheres apelidos dos maridos. Um indivíduo pode do mesmo modo tomar apelido do padrinho ou de um protector. Actualmente, há muita liberdade na escolha do apelido: cada pessoa toma, por assim dizer, o apelido que lhe parece, de que gosta, ou que lhe convém. Não era assim outrora”.

Se a escolha de apelidos no Ocidente é flexível e livre, porque há-de ser fixa na cultura *Kimbundu*?

As páginas seguintes apresentam alguns documentos de registos de baptizados e de nascimentos :

N.º 74  
 AN. DEB. 114  
 DOM. 1985  
 CAM. P.O.S.  
 20

Aos noventa dias do mês de Outubro do ano de mil e dois mil e dois em Cambulo Campana  
 Município de Kikwaka N.º 24  
 Diocese de Malange

baptizei solenemente um indivíduo do sexo feminino a quem dei o nome de Angelina Domingos Campana e que nasceu em Ngonga Namungo Município de Kikwaka N.º 24 às cinco horas e dois minutos do dia cinco do mês de Julho do ano de 1979

filho de Domingos Campana natural de Ngonga Namungo e residente em Malange e de Suzana Samuã natural de Intan e residente em Intan neto paterno de Cambulo Cabanga e de Cedreia Vunge e materno de M. Loure e de Inanda Foram Padrinhos Pedro Micolé e Suzana Dahan

os quais sei serem os próprios

E, para constar, lavrei em duplicado este assento, que, depois de ser lido e conferido perante:

As: Rev. Benedito Samache

N.º 215  
 Maria

Aos dois dias do mês de Maio do ano de mil novecentos e quarenta e nois nesta Igreja da Nossa Senhora da Conceição Malange distrito de Malange Arquidiocese de Luanda baptizei solenemente um indivíduo do sexo feminino a quem dei o nome de Maria Antónia e que nasceu em Capungo às dois horas do dia dois do mês de Agosto do ano de mil novecentos e quarenta e nois filho de António e Luísa natural de Capungo e de Luísa natural de Capungo e residente em Capungo

neto paterno de António e de Maria Francisca e materno de Francisco e de Luísa Foram Padrinhos António e Luísa residente em Capungo

os quais sei serem os próprios

E, para constar, lavrei em duplicado este assento que, depois de ser lido e conferido perante António e Luísa missionários: P. Filipe de Chambe





Aos 13 dias do mês de Julho do ano  
 a mil e dez, em Uparinta  
 cese de Ufalang Município de Uparinta  
 ptiz.....solenemente um individuo do sexo Masculino a quem d.....  
 nome de Domingos Albino Fernando  
 que nasceu em Kalweto Katumba Município de Uparinta  
 às ..... horas e ..... minutos  
 dia 7 do mês de Março do ano  
 is mil e sete  
 to de Albino Fernando Kimbango  
 tural de Kalweto Katumba  
 residente em Kalweto Katumba  
 de Elena Caricji Kizomba  
 tural de Kalweto Katumba  
 residente em Kalweto Katumba  
 sto paterno de Kibuco Kalweto  
 de Kisanga Vunji  
 materno de Caricji Kizomba  
 de Teresa Sala  
 gram Padrinhos Estevão Domingos e Uadelena  
Antonio, residente em Kalweto Katumba  
 .....os quais sei serem os próprios  
 E, para constar, lavrei em duplicado este assento, que, depois de ser lido e conferido  
 perante:  
 AS.): SuizBunga

Nº 49  
DOMINGOS  
ALBINO  
FERNANDO  
 20

O filho mantém o apelido do seu pai para sempre, a filha mantém o apelido do seu pai temporariamente, porque o apelido do marido vai ganhando lugar. Dificilmente os bisnetos dela vão ter no apelido um elemento que vem da bisavó materna.

Quais são os critérios que os profissionais dos registos civis têm adoptados para salvaguardar os apelidos da parte do pai e a da mãe? E se omitir um dos nomes, seria de uma pessoa menos importante? O Português tem o sistema fechado de apelido e o *Kimbundu*, aberto.

A repetição do apelido em Português é linear e ininterrupta, ou seja, repete-se o mesmo último nome para todos os filhos e seus descendentes; tal apelido faz perder a identidade do individuo como único e o nome satura-se porque deixa de ser um elemento de identificar pessoas singulares. Ao passo que no *Kimbundu*, a repetição de nome é esporádica e descontínua; como consequência valoriza-se mais a família nuclear do que a extensa, enquanto que a cultura *Kimbundu* cultiva a mentalidade de uma família extensa de inclusão dos seus membros.

No entanto, as pessoas do meio rural, com menos graus académicos, têm dado aos seus filhos nomes que preservam os princípios da língua *Kimbundu*.

Os pais têm a liberdade de escolher nomes antroponímicos para os seus filhos, na língua *Kimbundu*, em Malanje, nomes que respeitam os princípios fundamentais.

O princípio fundamental da atribuição de nomes em *Kimbundu* consiste em pensar sempre nos outros e não em si mesmo. Este princípio é alter-cêntrico: colocar os outros no centro das nossas atenções. No sistema *Kimbundu* dar nome, a uma criança é um momento único e inconfundível, que faz com que a identidade do indivíduo fique mais destacada: “*kala muthu ni diba dyê*” significa cada pessoa tem a sua particularidade, “*kala muthu ni uthu wê*” significa cada pessoa com o seu ser pessoal, o seu eu (cf. Ducrot, 2009, p. 17). Para os *Akwa Kimbundu*, cada pessoa é única, original e livre.

O nome antroponímico, na cultura *Kimbundu*, é mais do que uma simples designação da pessoa porque o nome concretiza a pessoa, é a própria pessoa. O nome dura mais do que a pessoa. Em qualquer lugar de Angola onde as pessoas estiverem, desde que tenham os nomes nas línguas locais e conheçam as suas genealogias, são mais fáceis de encontrar seus familiares do que aquelas que apenas trazem nomes portugueses. Neste contexto, o nome pode ajudar a reencontrar e a reunir uma família.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depois de termos apresentado a pesquisa sobre o tema: *A Antroponímia da Língua Kimbundu em Malanje* concluímos que há inovações que estão a ter lugar no sistema da antroponímia. As próprias famílias são os primeiros agentes activos de inovações.

Nesta investigação, propomos alguns princípios que esclarecem a cultura de nomes na Língua *Kimbundu*. O nome tem por base os critérios do parentesco entre avós e netos, em linha directa, e o das circunstâncias do nascimento da criança. O nome será o elemento dinamizador da vida.

Há dois princípios de atribuição do nome antroponímico na cultura *Kimbundu*. O primeira tem a ver com as circunstâncias do nascimento relativamente a todas as vicissitudes passadas pelas famílias durante a gestação. O segundo diz respeito à conservação da linhagem da família que pode ser feita por intermédio da nomeação do xará. Verificamos, por um lado, um aspecto dinâmico da vida, por outro lado, um aspecto conservador que consiste na preservação de toda a tradição. Enfim, a prática *Kimbundu* de atribuir nome é um sistema aberto.

Estamos convictos que o uso dos apelidos ao estilo europeu é irreversível. Quanto a isso, não há que esforçar mudanças, mas apelamos aos agentes dos registos civis que procedam de acordo com a lei vigente e que não rejeitem os nomes da nossa cultura dados às crianças. Pois ao negarem os nomes em *Kimbundu*, valorizam a cultura ocidental e desvalorizam a cultura local.

A ocidentalização dos nomes desencadeado por alguns funcionários do Ministério da Justiça, em colaboração com alguns pais, está a causar mudanças nos valores locais, o que significa o início do desmoronamento da língua e da cultura *Kimbundu*.

Associado a esta prática do Ministério da Justiça, alguns pais tendem a atribuir novos nomes que resultam na junção dos nomes dos cônjuges, causando, conseqüentemente, mudanças nos valores locais a ponto das pessoas não reflectirem mais sobre as circunstâncias em que são dados os nomes.

Toda e qualquer inovação, deve servir para o enriquecimento da antroponímia, em Malanje. As inovações demonstram a dinâmica da vida. A cada criança que nasce pode ser atribuído um nome que venha a enriquecer a antroponímia *kimbundu*.

A identidade de qualquer cultura nunca é oferecida a partir do exterior, deve ser uma conquista dos elementos de uma comunidade. Se actualmente, a antroponímia em *Kimbundu* está a declinar, é porque falta-nos apreço pela respectiva língua e cultura.

O êxito da propagação dos antropónimos da cultura *kimbundu*, requer um trabalho conjunto de todos os responsáveis de Ministério da Justiça, Cartórios Cíveis e Eclesiásticos, Conservatórias, Registos, Arquivos ou Sectores de Identificação, estudantes e docentes, pois só com eles é que seremos capazes de ultrapassar os preconceitos criados em relação aos nomes da cultura angolana, expressos pelas línguas locais.

Esperemos que a nossa iniciativa, venha a estimular contributos, críticas sobre a temática da *Antroponímia da Língua Kimbundu em Malanje*. Só com as nossas reflexões e críticas o nome antroponímico em *Kimbundu* vai ganhar sustentabilidade.

## BIBLIOGRAFIA

### Geral

ABBADE, Celina Márcia de Souza. *Cadernos do CNLF*, Vol. XV, Nº 5, t. 2. Rio de Janeiro: CIFELFIL, 2011.

ANDRADE, Costa. *Literatura angolana: Opiniões*. Edição 70 para a UEA, Lisboa, 1980.

ANTUNES, Carolina. “*O dialecto rural não é mais aquele*”. In: SEABRA, de M. C. T. Costa (org.). *O léxico em Estudo*. UFMG, Belo Horizonte, 2006.

BELO, Ana. *Nomes Próprios*. Pergaminho, Cascais, 1997.

BORBA, Francisco da Silva. *Introdução aos estudos linguísticos*. Cultix, São Paulo, 1984.

CABRAL, Amílcar. *Resistência Cultural: Análise de alguns tipos de resistência*. Imprensa Nacional, Bolama, 1979.

CARREIRA, António e QUINTINO, Fernando. *Antroponímia da Guiné Portuguesa*. Lisboa, 1964.

CHIMBINDA, Jorge Simeão Ferreira. *O Nome na Identidade Umbundu: Contributo Antropológico*. ETU, Huambo, 2009.

CHICUNA, Alexandre Mavungo. *Léxico Português – Kiyombe do Corpo Humano: Particularidades dos Morfemas Flexionais*. Dissertação para obtenção do grau de Mestre, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2003.

CORREIA, Margarita; De LEMOS, San Payo Lúcia. *Inovação Lexical em Português*. Colibri, Lisboa, 2009.

COSTE, René. *Moral: Para uma sociedade que se transforma*. Paulinas, São Paulo, 1976.

CRESPI, Franco. *Manual de Sociologia da Cultura*. Estampa, Lisboa, 1997.

CRUZ, José Ribeiro. *Geografia de Angola*. Lisboa, Lisboa, 1940.



COSTA, António Fernandes da. *Rupturas Estruturais do Português e Línguas Bantu em Angola: Para uma Análise Diferencial*. UCAN, Luanda, 2006.

ESTRELA, Edite. CORREIA-PINTO, J. David. *Guia Essencial Da Língua Portuguesa Para A Comunicação Social*. 2º Congresso Dos Jornalistas Portugueses, 1988.

GABRIEL, Nunes Manuel. *A Diocese de Malanje*. Diocese de Malanje, Malanje, 1982.

GERARD, Dinis. *As línguas Vivas: Ensino e Pedagogia*. Almedina, Coimbra, 1976.

IMBAMBA, José Manuel. *Uma Nova Cultura: Para Mulheres e Homens Novos*. 2 ed. Paulinas, Luanda, 2010.

JACOB, André. *Introdução à Filosofia da Linguagem*. Rés, Porto, 1984.

KUKANDA, Vatomene. *Notas de Introdução à Linguística Bantu*. CDI (Centro de Documentação e Informação), Lubango, 1986.

HILL, Archibald, A. *Aspectos da Linguística Moderna*. Cultrix, São Paulo, 1974.

LÉVI-STRAUUS, Claude. *The Savage Mind*. The University of Chicago Press, Chicago, 1968.

LINO, Teresa Rijo da Fonseca. "Importância de uma Lexicologia Contrastiva", *Letras Solitas* 1, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1979.

LINO, Teresa Rijo da Fonseca Maria. Terminologia da Lexicologia e Lexicografia. Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, 1991; in: *Dicionário de Termos Linguísticos*, Associação de Linguística Portuguesa. ELTEC, 1991.

LINO, Teresa Rijo da Fonseca Maria (em col) MEDINA, Daniel, GRÓS, Ana Pita e CHICUNA, Alexandre. *Neologia, Terminologia e Lexicultura. A Língua Portuguesa em Situação de Contacto de Línguas*. Revista de Filosofia e Linguística Portuguesa, 42 (2) Universidade de São Paulo, 2010.

MARCELLESI, Jean-Baptiste; BERNARD, Gardin. *Introdução à Sociolinguística: A Linguística Social*. ASTER, Lisboa, 1975.

MARTINS, Vicente João. *Os Tutchokwe do Nordeste de Angola*. Ministério da Ciência e da Tecnologia Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa, 2001.

MAURO, Tullio de. *Linguística Elementar*. Estampa, Lisboa, 2000.

MUACA, Eduardo André. *Breve História da Evangelização de Angola*. 2ªed. CEAST, Luanda, 1999.

MOUNIN, Georges. *Introdução à Linguística*. Livros Horizontes, Lisboa, 1997.

MATOS, Norton de. *Memórias e Trabalhos da Minha Vida*. Vol. III, Lisboa, Lda, 1944.

NETTO, Waldemar Ferreira. *Introdução à Fonologia da Língua Portuguesa*. Hedra, São Paulo, 2001.

NETO, Conceição Garcia. *O Perfil Linguístico e Comunicativo dos Alunos da Escola de Formação de Professores “Garcia Neto” Luanda-Angola*. Dissertação para obtenção do grau de Mestre, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2009.

FERNANDES, João; NTONDO, Zavoni. *Angola: Povos e Línguas*. Nzila, Luanda, 2002.

MUDIAMBO, Quibongue. *Estudos Linguístico sobre a Lexicologia e a Lexicografia de Aprendizagem (Aplicados) ao Ensino da Língua Portuguesa*. Colibri, Lisboa, 2014.

PESSOA, Fernando. *A Língua Portuguesa*. Assírio & Alvim, Lisboa, 1997.

RAPOSO, Eduardo Paiva. *Teoria da Gramática: A Faculdade da Linguagem*. Editorial Caminho, Lisboa, 1992.

RIUTORT, Philippe. *Primeiras Lições de Sociologia*. Grávida, Lisboa, 1999.

SAUTCHUK, Inez. *Prática de Morfossintaxe*. Manole, Baueri, SP, 2004.

SANTOS, Egídio Sousa. *A Cidade de Malanje na História de Angola: Dos finais do século XIX até 1975*. Nzila, Luanda, 2005.

SAUSSURE, Ferdinando. *Curso de Linguística Geral*. Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1978.



SIMÕES, João Manuel. *Um Breve Estudo de Antroponímia Brasileira: Sobrenome Português*. MultiDeia, Curitiba, 2011.

VANSCONCELLOS, J. Leite De. *Antroponímia Portuguesa: Tratado comparativo da origem, significação, classificação, e vida do conjunto dos nomes próprios, sobrenomes e apelidos, usados por nós desde a Idade-Média até hoje*. Imprensa Nacional, Lisboa, 1928.

VILLALVA, Alina. *Morfologia Do Português*. Universidade Aberta, Lisboa, 2008.

VILELA, Mário. *Estruturas Léxicas do Português*. Almedina, Coimbra, 1979.

VILELA, Mário. *Estudos de Lexicologia do Português*. Almedina, Coimbra, 1994.

WARMENHOVEN, João. *Vocabulário da Língua do Kimbundu de Angola*. MISSIE INFORMATIE DIENST, Germert, Nederland, 1975-1976.

WHEELER, Douglas e PÉLISSIER, René. *História de Angola*. Tinta da China, Lisboa, 2013.

## **Gramáticas**

CHATELAIN, Heli. *Gramática Elementar do Kimbundu ou Língua de Angola*. Geneva, 1888-89.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Nova Gramática do Português Contemporânea*. 17.ª ed. Edições João Sá da Costa, Lisboa, 1985.

DUCROT, Bernard. *Gramática da Língua Kimbundu*. Missão da Sé Catedral de Malanje, Malanje, 2013.

DUCROT, Bernard. *Jinongonongo (Adivinhas Kimbundu)*, 2ªed., Missão da Sé Catedral de Malanje, Malanje, 2013.

DUCROT, Bernard. *Jisabu (Provérbios Kimbundu)*. Missão da Sé Catedral de Malanje, Malanje, 2009.

FERREIRA, A, Gomes e FIGUEIREDO, J. Nunes De. *Compêndio de Gramática Portuguesa*. Porto Editor, Porto, 1991.

QUINTÃO, José Luiz. *Gramática de Kimbundu*. Edições Descobrimento, Lisboa, 1934.

## **Dicionários**

*Dicionário Universal: Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Texto Editores, Lisboa, 2007.

*Dicionário de Fernando Pessoa e Do Modernismo Português*. Caminho, Lisboa, 2008.

*Enciclopédia Fundamental Verbo*. Lisboa/ São Paulo, 1982.

*Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Editorial Enciclopédia, Limitada, Lisboa / Rio de Janeiro, 1945.

*Enciclopédia Verbo Luso-Brasileira de Cultura*, Lisboa / São Paulo, 2000

## **Documentos Oficiais**

Diário da República. I Série. N° 23. Assembleia Nacional. *Constituição da República de Angola*. 5 de Fevereiro de 2010.

Diário da República. I Série. N.º 84. *Lei N°10/85, de 19 de Outubro*.

## **ANEXOS**

Documento 1

Assento de Nascimento

N.º de folhas e rubricas de 1 a 1

As 17 horas e 17 minutos do dia 17 de Setembro de 1939 nasceu um menino na freguesia de São João do Rio de Janeiro, município de São João do Rio de Janeiro, Província de São Paulo, filho de João de Deus e Maria do Carmo, ambos casados, e de família.

Cédula n.º \_\_\_\_\_ Série \_\_\_\_\_ Documento n.º \_\_\_\_\_ Maço n.º \_\_\_\_\_

AVERBAMENTOS:

Nome do nascido: João de Deus

Profissão: sem profissão

Naturalidade: São Paulo

Município de: São Paulo

Estado de: São Paulo

Neto paterno de: \_\_\_\_\_

e materno de: \_\_\_\_\_

Este assento, lavrado com base em declaração dos pais, foi registrado e conferido.

depois de tudo, foi assinado e conferido


e por mim, João de Deus, Registrador


às 17 horas e 17 minutos do dia 17 de Setembro de 1939, no Registro Civil de São Paulo

Antônio Damasceno, filho


Registrado no (Diário) sob o n.º 9039

## Documento 2

  
48506361-25C3B03E-60702077-0A00204F-4830A036


  
REPÚBLICA DE ANGOLA  
REGISTO CIVIL  
CONSERVATÓRIA DOS REGISTOS DA COMARCA DE MALANJE  
**ASSENTO DE NASCIMENTO N.º 1604**  
**DO ANO DE 2014**

<b>REGISTANDO</b>	
Nome próprio: Francelino António ***	
Apelidos: da Silva Domingos ***	
Sexo: Masculino	Horas e data do nascimento: 00 H 00, de 30 de Julho de 1993 ***
Naturalidade: Malanje ***	Comuna: ***
Município: Malanje ***	Provincia: Malanje ***
<b>PAI</b>	
Nome: António Domingos ***	
Estado Civil: Solteiro ***	Naturalidade: Malanje ***
Comuna: ***	Município: Malanje ***
Provincia: Malanje ***	Nacionalidade: Angolana ***
Residência habitual: Malanje ***	
<b>MÃE</b>	
Nome: Maria da Silva Sebastião ***	
Estado Civil: Solteira ***	Naturalidade: Malanje ***
Comuna: ***	Município: Malanje ***
Provincia: Malanje ***	Nacionalidade: Angolana ***
Residência habitual: Malanje ***	
<b>AVÓS</b>	
Paternos: ***	
Maternos: ***	
Declarante(s): Francelino António da Silva Domingos ***	
Menções especiais: Este assento lavrado com base em declaração prestada pelo registando, e na cópia da cédula pessoal apresentado. Depois de lido em voz alta perante todos e conferido vai ser assinado pelo registando. ***	
Testemunha(s): ***	

  
48506361-25C3B03E-60702077-0A00204F-4830A036

**Documento 3**

96288B96-E939435E-32E0BDA2-CCAB5435-5B6371C2


  
REPÚBLICA DE ANGOLA  
REGISTO CIVIL  
CONSERVATÓRIA DOS REGISTOS DA COMARCA DE MALANJE  
**BOLETIM DE NASCIMENTO**

**Processo nº 1771/2014**

Nome: Francelino António da Silva Domingos \*\*\*  
do sexo: Masculino \*\*\*  
Filho de: António Domingos \*\*\*  
e de: Maria da Silva Sebastião \*\*\*  
Natural da Comuna de: \*\*\*  
Município de: Malanje \*\*\*  
nascido no dia: , de 30 de Julho de 1993 \*\*\*


Assento nº 1604/2014 \*\*\*  
Data de emissão: 30-07-2014 09:29:07 \*\*\*


**O/A Conservador de 1ª Classe, João José Borges**



96288B96-E939435E-32E0BDA2-CCAB5435-5B6371C2

## Documento 4

  
48802F8C-78122918-48139699-18608C8F-28C72803

  
REPÚBLICA DE ANGOLA  
REGISTO CIVIL  
CONSERVATÓRIA DOS REGISTOS DA COMARCA DE MALANJE

**Certificação**

É reprodução do Assento de Nascimento n.º 1457, do ano 2014 da CONSERVATÓRIA DOS REGISTOS DA COMARCA DE MALANJE e está conforme o original.


Vai assinada e autenticada com o selo branco em uso nesta Conservatória.

Substitui Certidão de Cópia Integral.

Diário n.º 6618/2014

Data: 11-07-2014 14:07:38


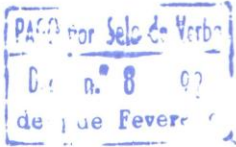
O/A Conservador de 1ª Classe, João José Borges


  
\_\_\_\_\_

Conta:

Emol.	5.110,00 Kz
Artº	_____
C.G.J.	1.533,00 Kz
Reemb.	22,00 Kz
Selo	10,00 Kz
<b>Total Conta:</b>	<b>6.675,00 Kz</b>

São seis mil e seiscentos e setenta e cinco Kwanza(s).

  
48802F8C-78122918-48139699-18608C8F-28C72803

## Documento 5



48802F8C-78122918-4B139699-18606C8F-26C72803

Processo n.º 1717/2014 \*\*\*

Diário n.º 6618/2014 \*\*\*

Declarante(s):

(Domingos José Maialto)

Testemunhas:

Data do Assento: 11 de Julho de 2014 \*\*\*

O/A Conservador de 1ª Classe, João José Borges

### AVERBAMENTOS:

Averbamento n.º 1 \*\*\*

COTA: é reconstituição do Assento de Nascimento lavrado ao abrigo do artigo 7º do decreto 91/81 de 25 de Novembro.  
11 de Julho de 2014 \*\*\*

O/A Conservador de 1ª Classe, João José Borges

Atribuido à identificação Civil n.º \_\_\_\_\_ Data - -

11-07-2014 14:07:38



48802F8C-78122918-4B139699-18606C8F-26C72803



## Documento 6

### LETRA "S"

**Sabino:** Significa vindo do povo sabino ou protegido pelo deus Sabus. Indica uma pessoa indepertinente, que procura agir apenas de acordo com suas próprias idéias. Quando defende um ponto de vista discutível, chega a ser teimoso. Mas, quando erra, assume sozinho a culpa do seu erro.

**Sabrina:** Do latim "antigo povo itálico".

**Safira:** Grego. Pedra preciosa.

 **Salete:** Francês. Referente à Nossa Senhora de Salete.

**Salim:** Significa paz e indica um homem ao qual não falta energia para transformar boas idéias em trabalho lucrativo. Se os pais lhe ensinarem a vencer a tendência à arrogância, será um excelente administrador.

**Salomão:** É o nome do mais poderoso dos monarcas hebreus citados na Bíblia. Significa pacífico e indica uma pessoa extremamente sábia, que não corre atrás de modismos e não se deixa seduzir por títulos ou riquezas. Embora um tanto desencantado, tem no amor que nutre pelas mulheres um grande incentivo para suas conquistas materiais. Do hebraico "prosperidade".

**Samanta:** Do aramaico "ouvinte".

**Samara:** Hebraico "protegida por Deus". Para ela, não precisar de dinheiro é uma meta interessante. É boa profissional e executa seu trabalho com eficiência. A racionalidade deve presidir às situações amorosas e afetivas.

**Samuel:** Significa aquele a quem Deus ouve e indica uma pessoa que age com determinação e justiça e só descansa quando atinge seus objetivos. A recompensa dessa atitude é ser bem-sucedido em praticamente todos os seus empreendimentos. Do hebraico "ouvido por Deus".

**Sandra:** Forma reduzida de **Alessandra**".

**Sara:** Hebraico, significa soberana, princesa. É uma pessoa predisposta ao sucesso profissional. Sua vontade de vencer é bem maior do que as dificuldades que possam aparecer. É uma pessoa com tendência a enriquecer.

ELABORADO POR: Bártolo Delafuerte Ferreira

06-04-2011